



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 03/17

Data da Sessão: 28 de abril de 2017

Início da Sessão: 15.00 horas

Fim da Sessão: 18.35 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Fernando Jorge dos Ramos _____

1º Secretário: Carlos Lucas Correia _____

2º Secretário: Olga Susana Miranda da Silva _____

_____ Aos 28 dias do mês de abril do ano de 2017, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos: _____

_____ 1. Período de Antes da Ordem do Dia. _____

_____ 2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação. _____

_____ 3. Apreciação e deliberação de autorização, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos e para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, dos números 5 e 6 do art.º 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e alínea f) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para a contratação de empréstimo de médio/longo prazo para aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos, ao abrigo do artigo 81.º da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro, que aprova a Lei do Orçamento de Estado de 2017, e com base no relatório de avaliação das propostas apresentadas. _____

_____ 4. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 1.ª Revisão ao Orçamento 2017 e Grandes Opções do Plano 2017-2020. _____

_____ 5. Apreciar e Votar, sob proposta do Executivo Municipal, os Documentos de Prestação de Contas 2016. _____

_____ 6. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de constituição / composição dos júris de procedimentos para cargos de direção intermédia de 2º e 3º grau e para o cargo de Coordenador Municipal de Proteção Civil. _____

_____ 7. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Emissão de parecer ao abrigo do nº 3 do artigo 51º da Lei nº 111/2015 de 27 de agosto – António Rainho Gomes. _____

_____ 8. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal de Montemor-o-Velho. _____

_____ 9. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, do Relatório de Atividades da CPCJ de Montemor-o-Velho relativo ao ano de 2016. _____

_____ 10. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas – Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/02/2017 e 31/03/2017. _____

_____ 11. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais – Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre 01/02/2017 e 31/03/2017. _____

_____ Procedeu-se à verificação da existência de quórum, registando-se as seguintes presenças: _____

Mesa: Fernando Jorge dos Ramos, Carlos Lucas Correia e Olga Susana Miranda da Silva. _____

Membros: Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, Ana Cristina da Silva Jorge, Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites, Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano, Adelaide Maria Simões Medina, Edmea Tereza Reis Silva, Fernando Pereira Nunes Curto, Jorge André da Silva Santana, José de Oliveira de Sousa, Maria João Batista

Sobreiro, Luís Filipe Azenha Madaleno, em substituição de Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Rui Manuel Salgado Canha Limeiro, em substituição de Luís Pedro Simões Ribeiro, Aida Maria Craveiro Duarte, em substituição de Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço, Maria da Graça Valente dos Reis, em substituição de Nuno Miguel Figueiredo Cardoso, Carlos Alberto da Costa Gomes, em substituição de Fernando Manuel Dias Monteiro, Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, em substituição de Francisco Faria de Paiva Batista e Joaquim António Graça Rainho, em substituição de Sara Cristina Cruz Gomes. _____

Presidentes de Junta: Carapinheira, Ereira, Liceia, Meãs, Pereira, Santo Varão, Tentúgal, União das Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca, Representante da JF de Arazede e Tesoureiro da JF Seixo. _____

Executivo: Emílio Augusto Ferreira Torrão, Abel da Silva de Oliveira Girão, José Jacírio Teixeira Veríssimo, Alexandra Margarida Góis Ferreira, Aurélio Manuel Mendes Soveral da Rocha e Jorge Luís Forte Camarneiro. _____

_____ Ausências justificadas e com substituições, anteriormente referidas – Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Luís Pedro Simões Ribeiro, Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço, Jorge André da Silva Santana, Sara Cristina Cruz Gomes, PJF Arazede e PJF Seixo. _____

_____ Ausências justificadas e sem substituições: Carolina Ferreira Aires e Secretário da JF da UF de Montemor-o-Velho e Gatões. _____

_____ Seguidamente passou-se à ordem de trabalhos. _____

_____ O PMAM, Fernando Jorge dos Ramos, deu início à reunião quando eram 15h15m. Saudou os presentes e disse: “Vamos dar início à nossa Assembleia. Nessa perspetiva a primeira questão que se coloca é a questão da Ordem de Trabalhos que foi proposta. Têm alguma sugestão? Alguma alteração? _____

_____ Pelo silêncio, julgo que não, portanto, penso que posso considerar aprovada a nossa Ordem de Trabalhos. _____

_____ Aprovada que está a Ordem de trabalhos, entramos no: _____

_____ **Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia** – Temos sempre, como habitualmente a ata da última sessão, ocorrida em 27 de fevereiro de 2017, que naturalmente, pergunto se têm alguma sugestão a fazer, alguma sugestão, alguma correção? _____

_____ Pelo silêncio das partes dos presentes, julgo que não, pelo que passávamos de imediato à votação. Antes de iniciar a votação, até porque foi uma indelicadeza da minha parte, nós temos hoje um elemento que nunca esteve, pelo menos que me recorde, na Assembleia, a senhora deputada municipal Aida Duarte. Para recordar que efetivamente nesta questão da votação, quem não esteve presente na reunião, não vota, porque só vota quem esteve presente na reunião. _____

----- Relativamente à ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2017, foi aprovada por unanimidade de acordo com o estipulado no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo que refere: “Não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita”. -----

_____ Ainda relativamente a este ponto, também como habitualmente, a lista da correspondência expedida e recebida foi-vos fornecida. Há, claro, alguma correspondência entretanto tratada que diz, neste caso,

normalmente respeito às substituições, mas se precisarem de alguma informação adicional podem consultar o secretariado da Assembleia que vos disponibilizará essa informação. _____

_____ Se estiverem de acordo, eu interrompia a sessão durante 5 minutos para apresentação de moções, requerimentos e outros, relativamente a este período antes da Ordem do Dia.” _____

_____ **Os trabalhos foram suspensos durante 5 minutos.** _____

_____ Retomou a palavra o PMAM que disse: “Foram entregues várias moções e documentos, passarei de imediato a palavra ao Primeiro Secretário, Carlos Lucas que apresentou aqui uma moção.” _____

_____ Moção apresentada pelo membro Carlos Lucas Correia (PS) – Congratulações de Aniversário, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 01, e que foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Moção apresentada pelo membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) – Votos de Parabéns, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 02, e que foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Moção apresentada pelo membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) – Agradecimento ao Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 03, e que foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Moção apresentada pelo membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) – Agradecimento Grupo Coral “Arroz aos Molhos”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 03, e que foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Voto de pesar apresentado pelo membro Lídia Pagaimo (Coligação Mais por Montemor), pelo falecimento de Manuel Duque, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 04, e que foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Voto de pesar apresentado pelo membro Lídia Pagaimo (Coligação Mais por Montemor), pelo falecimento de António Cavaleiro, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 05, e que foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Voto de pesar apresentado pelo membro Ricardo Brites (CDU), pelo falecimento de Carlos Mendes, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 06, e que foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Usou da palavra o PMAM que disse: “Como eu já tinha dito aos dois signatários destes votos de pesar, eu tinha intenção de recordar estes cidadãos do nosso Município, por isso penso que a senhora deputada Lídia Pagaimo me acompanha na proposta que faço à Assembleia, de prestarmos um minuto de silêncio em memória destes três cidadãos cuja Assembleia.” _____

_____ **Respeitou-se um minuto de silêncio.** _____

_____ Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Senhor Presidente, reitero os meus respeitosos cumprimentos a Vossa Excelência, aos membros da mesa, ao Senhor Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores, aos Senhores Membros da Assembleia Municipal. _____

_____ O Senhor Presidente não é muito agradado a elogios, é um homem calmo, um homem sereno, é um homem que enfrenta dificuldades, mas em todo caso, eu tenho que dar os parabéns porque as crianças do Concelho, tiveram uma grande festa. Foi realmente, chamar à colação aqueles pequenos seres, que são os

homens de amanhã. São eles amanhã, que talvez e, muitos entre eles, vão ter nas mãos o destino do nosso Concelho e é bem que eles percebam o que é a Assembleia Municipal, o que é o Presidente da Câmara, quem são os Senhores Vereadores, o que fazem e quem são os Senhores deputados municipais e o que fazem. _____

_____ Realmente, o esforço dos professores, foi um esforço insano e, realmente, aqueles trabalhos de abril, aqueles trabalhos sobre uma data histórica que não se deve esquecer. Aqueles trabalhos, com uma dedicação, com amor e realmente, não me canso de dizer que estou por amor a esta terra, porque o amor tem muita força. Foi essa semente que o Movimento Independente de Cidadania por Amor a esta Terra lançou aqui e Vossa Excelência, Senhor Presidente da Assembleia Municipal comunicou ao Senhor Presidente da Câmara, e o fruto está aí. _____

_____ Realmente é de realçar e nunca esquecer esta atividade das escolas e das crianças ligadas ao nosso Município. Este é um ponto. _____

_____ Para o outro, é mais um rasgado elogio ao Senhor Presidente da Câmara. O Senhor Presidente da Câmara é uma pessoa calma, é uma pessoa divertida, imagine que a Ponte do Paço, já se chama Ponte do Torrão. É uma obra fantástica neste mandato. Os montemorenses passam ali e dizem: “Ponte do Torrão”. E digo, realmente, em pouco tempo e neste mandato, aquela obra está magnífica. Os carros cruzam-se à vontade, não batem. Aquela largura de estrada é ótima, quer dizer é uma segurança extraordinária. Este homem tem que se realçar. Quando diziam outros que o homem realmente não tinha arte nem engenho. Oh, não tem arte nem engenho? Lá está a obra, mais outra. E depois, aquelas pinturas das estradas a preto, são ótimas, sabe? Aquela Estrada 111, aquela pintura horizontal, que as pessoas já não sabem se devem ultrapassar, se devem passar; a pintura está ótima, é que nem se vê, sabe? _____

_____ Isto é um rasgado elogio ao Senhor Presidente da Câmara, que é um homem que dizem que não tem arte nem engenho, que não tem capacidade para desenvolver o Concelho. Aí estão as grandes obras dele. Depois foi a Pereira que aquele sistema de saúde, daquela escola onde está instalada a Junta de Freguesia, aquilo é mais uma patacoada. Aquilo, realmente é ótimo. É que regrediu. Aquilo era da Junta de Freguesia, mas fez uma “troquinha”, quer dizer, aquilo passa para o Centro de Saúde e a Junta de Freguesia vai para o beco. Está no beco. Realmente, tem uma acessibilidade ótima; aquelas obras que ali se vão materializar, são realmente fantásticas para aquele povo de Pereira, e depois está claro, isto diz-se e, é verdade, cada vez ouço mais: Torrão, Torrão, e eu fiquei estupefacto quando ouvi este povo de Montemor a dizer Torrão, Torrão, o que é que se passa? Torrão para a rua. E eu disse: Para a rua não, é que ele está sempre fechado aqui na Câmara e não anda. Sabe, mas ele tem uma tática fantástica. É o homem do DJ, canta maravilhosamente bem, realmente é a obra que ele nos deixa. É uma obra fantástica, é um homem de alegria. Efetivamente, as festas de Montemor foram uma coisa fantástica, os jornalecos, só trazem fotografias do Senhor Presidente, da oposição Por Amor a Esta Terra, não trazem. O Jornaleco, tem um medo do Por Amor a Esta Terra que nem uma fotografia põe do Senhor Deputado Municipal. De maneira que jornalecos todos a favor dele, fotografias, o que é que queremos mais deste Concelho? _____

_____ O Concelho está-se a desenvolver. Isto é uma máquina. Realmente, Senhor Presidente da Câmara,

para Vossa Excelência, os meus respeitosos cumprimentos e os meus parabéns. O Movimento Independente de Cidadania, orgulha-se de Vossa Excelência como Presidente de Câmara. Vossa Excelência tem futuro e, fique descansado, o Povo vai votar em massa em si. Vai-lhe dar um segundo mandato e eu, desde já, reitero os meus parabéns. Muito obrigado.” _____

_____ Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Senhor Presidente, começo a minha intervenção por destacar e louvar todo o envolvimento que a comunidade escolar teve para com o desafio que a Comissão Permanente da Assembleia Municipal fez à comunidade escolar, às diferentes escolas do nosso Concelho, e que veio demonstrar, uma vez mais, que quando a comunidade escolar é chamada e é motivada a participar, ela faz. _____

_____ Esta comunidade faz, esta comunidade participa e surpreende, provavelmente aqueles que não estarão habituados a este tipo de serviço e este tipo de chamamento à participação na comunidade em geral.

_____ A mim, particularmente, não me surpreendeu porque sempre desafiei esta Assembleia, e sempre desafiei este Município, a que as cerimónias do 25 de abril fossem realmente aquilo que devem ser, e fiquei ainda mais estupefacto com o facto de há dois dias a Galeria Municipal estar encerrada ao público ou seja, fomos resgatar os trabalhos ao seu local original, para depois os enclausurar, os prender, para fazer ali o aljube na nossa Galeria Municipal sobre os trabalhos dos nossos alunos durante as cerimónias do 25 de abril. É inadmissível que a Galeria Municipal esteja há dois dias fechada, com as portas encerradas. _____

_____ No meu entendimento, não há motivo aparente para isto acontecer. É lamentável que, depois do esforço que todos nós fizemos, do esforço que os alunos tiveram, do empenho dos professores, esta situação, venha a acontecer. Ontem, durante a manhã passei, durante a tarde passei, mais rente à tarde passei hoje, exatamente a mesma coisa, as portas estão encerradas. Volto a referir que é lamentável que isto aconteça.

_____ Também aqui dizer, e hoje pensei naquilo que ia dizer. Se fosse no dia em que vi a publicação, não pensava naquilo que ia dizer. De facto, uma vez mais, o perfil oficial do Município de Montemor-o-Velho nas redes sociais, presta um péssimo serviço à comunidade. Das 35 fotografias que estão expostas no perfil de facebook do Município, não há uma fotografia de nenhum dos membros da Assembleia Municipal que fizeram a sua intervenção no discurso do 25 de abril. Não há uma fotografia do membro da CDU, não há uma fotografia do membro do PPD-PSD/CDS-PP, não há uma fotografia do MPT, não há nada. Zero. Há 35 fotografias de generalidades e, faço aqui mais uma vez menção, daquilo que se pautou o meu discurso na sessão do 25 de abril, “*o que importa é o essencial*” e, para mim, o essencial é que o perfil de facebook do Município não é o perfil de facebook do Partido Socialista, e uma vez mais prestou um péssimo serviço. O que interessa é o essencial. _____

_____ Estas cerimónias, estas comemorações, foram produzidas pela Comissão Permanente da Assembleia Municipal, todos nós, quer a CDU, quer o PSD, quer o MPT, quer o Senhor Raul Leitão, tiveram opiniões, propostas, não vamos aqui dizer quem é que fez mais, quem é que fez menos, houve propostas essenciais. _

_____ Fomos todos acérrimos defensores do envolvimento da comunidade escolar. Fomos todos acérrimos defensores do envolvimento das Filarmónicas e, depois, ainda por cima, salta-se completamente, pelas

intervenções que aqui foram proferidas mais uma vez. _____

_____ No final da cerimónia, estava em conversa com o elemento do MPT, foi-nos solicitado enviar os discursos por e-mail. Não foi pela funcionária que faz o acompanhamento da Assembleia, porque para efeito é sempre enviado para que conste nas atas e facilitar o trabalho. Agora, pela funcionária da comunicação social ou gabinete de imprensa da Câmara, para que queria as nossas intervenções? Para quê? Se não fizeram qualquer referência a isso? Generalidades. Ou seja, mais uma vez é um péssimo serviço que esta Autarquia está a desempenhar no esclarecimento dos seus munícipes e, daí, não podia deixar de fazer esta minha intervenção sobre aquilo que considero um muito mau e péssimo trabalho que é desempenhado. _____

_____ Gostaria ainda de referir que fiz esta proposta à Comissão Permanente, e queria deixar aqui uma ideia e uma recomendação ao Executivo Municipal, que existem alguns trabalhos, e esta ideia eu dei-a na Comissão Permanente, que poderíamos ter aqui um contributo para fazer o próprio tributo municipal ao 25 de abril. Há um pequeno trabalho que tive oportunidade de ver na escola e depois no dia 25 de abril, que está exposto logo na entrada, que me parece que poderia servir de base, à semelhança daquilo que foi feito para a Rotunda Alves Barbosa, e penso que até poderia ser ao mesmo técnico que fez aquele trabalho. Há um trabalho que tem uns cravos, um arame farpado. Eu penso que aquele trabalho, ou outro, poderia ser um bom princípio para um tributo do Município ao 25 de abril. Temos alguns espaços públicos que ainda podem receber alguns monumentos, alguns trabalhos deste género, e quero deixar aqui o meu contributo para que se possa aproveitar e tirar proveito daquilo que esta Assembleia fez com as escolas e com os alunos da comunidade escolar.” _____

_____ Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Eu tenho algumas questões para colocar ao Senhor Presidente da Câmara, mas nesta minha intervenção inicial, eu também gostaria que ficasse para memória futura, e em ata, de facto, aquela moção que nós já apresentámos, depois pedimos ao secretariado para enviar ao Agrupamento de Escolas porque, para além do Senhor Diretor que se empenhou, os professores, os alunos, e mesmo os próprios pais, portanto nós não podemos deixar que estas questões passem despercebidas e também quero hoje, dar aqui o feedback daquilo que tenho ouvido das crianças pequenas, das famílias, a questionarem: então os elementos da Assembleia vieram à escola? Estiveram em contacto com as crianças? Portanto, a satisfação das pessoas, relativamente a essa iniciativa. É de salutar, e tenho que o dizer hoje aqui. Tenho de dar esse feedback, de facto, do positivo que foi, esta dinâmica da Assembleia Municipal. De facto, a Comissão Permanente assim determinou, o Senhor Presidente fez os respetivos contactos e diligências, mas realmente, tenho que lhe dizer que foi um sucesso, esta parte. Portanto, é de manter, é de continuar porque de facto, o poder tem que ir aos sítios, o poder tem que se dar a conhecer, tem que sair dos seus gabinetes e, tem que ir aos locais. _____

_____ Por outro lado, e relativamente também a essa questão de facto, eu tenho que tirar aqui o chapéu à Comissão Permanente, ao Senhor Presidente que também faz parte, pelo sucesso destas comemorações do 25 de abril, porque provavelmente, todos nós temos acesso a outros programas de outros Municípios e, normalmente, há um programa geral em que engloba para além das iniciativas, neste caso da Assembleia

Municipal, também outras iniciativas das Câmaras Municipais, das Juntas, das Associações e, portanto, nós temos a nível nacional programas grandiosos de comemorações e, o 25 de abril é isso mesmo, é para comemorar. Acho que fizemos muito bem o nosso papel, não quero estar a utilizar estas palavras para menosprezar, pelo contrário, acho que pela primeira vez, neste mandato, as comemorações do 25 de abril tiveram o seu impacto, e o seu impacto local no terreno, que é o que nos interessa. Felizmente a sala esteve mais cheia, achei que já houve aqui alguma dinâmica, as pessoas voltaram outra vez a vir ouvir os discursos.

_____ Não posso deixar de lamentar e de subscrever tudo aquilo que disse o deputado Ricardo Brites, relativamente ao mau serviço que o Município presta, através da sua comunicação, através do facebook, ou da sua página, porque isto é um Município onde estão eleitos de todos os partidos de todas as forças políticas e, como tal, é pago pelo dinheiro dos contribuintes. Toda esta engrenagem, são dinheiros públicos e portanto as pessoas têm que ser imparciais na comunicação que prestam aos seus concidadãos, que prestam às pessoas. As pessoas têm que estar informadas de forma clara, o menos política possível, porque este é um Município de todos os montemorenses. Não é um Município das pessoas que votaram numa ou noutra força política, e portanto é através desta comunicação que hoje em dia é cada vez mais importante para todas as pessoas, eu não tenho mas, há muitas pessoas que têm facebook e, portanto veem logo o que está a acontecer, são logo informadas e ficam mal informadas, porque não ficam informadas de forma democrática. Ora, se nós celebramos o 25 de abril, se nós celebramos a liberdade das ideias, a liberdade da iniciativa de cada um, daquilo que cada um pensa. Depois não vamos mostrar às pessoas que fazem uso e abuso da comunicação, através das redes sociais, e acho muito bem, nada a opor, as pessoas têm que estar informadas e cada vez mais, as pessoas não se podem acomodar, tem que estar informadas para ter uma opinião e portanto esta não é nenhuma opinião, porque as pessoas realmente não puderam perceber o que é que aconteceu. Perceberam as iniciativas gerais, mas depois, do sumo, daquilo que cada um quis transmitir, das ideias que cada um tinha para o seu concelho e que queria que este dia, que é comemoração do 25 de abril, ficasse escrito, mas também que ficasse uma ideia para o geral, para aqueles que usam a comunicação via redes sociais e portanto também lamento de facto essa falta, porque não é para isso que nós somos eleitos, nós somos eleitos para dar as nossas opiniões e para nos respeitarmos uns aos outros, porque somos todos diferentes e felizmente não pensamos todos iguais e temos liberdade de pensamento e liberdade de discurso, de falar e de expor as nossas ideias. _____

_____ Portanto, em relação à minha primeira intervenção eu gostava de deixar estas palavras, seguidamente tenho umas questões para colocar ao Senhor Presidente. _____

_____ Eu gostaria de saber, até porque alguns munícipes já me questionaram relativamente àquela faixa da estrada do Campo, que é da responsabilidade da Autarquia, se está previsto e para quando, uma vez que o tempo está bom, também para alcatroar e, tem-se visto que se têm alcatroado muitas vias deste Concelho e, portanto as coisas estão a melhorar. _____

_____ Para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, houve algumas pessoas que se queixaram que a sessão extraordinária do 25 de abril se iniciou antes da hora, até mesmo o hino. Eu por acaso não prestei

atenção ao meu relógio, mas houve pessoas que me questionaram porque é que tínhamos começado mais cedo. Eu sinceramente não sei porque como já estava há tempo, desde a inauguração da exposição, depois apareceu a Filarmónica e eu não estive a olhar para o relógio. Se o Senhor Presidente tem alguma coisa a dizer sobre isto.” _____

_____ Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Relativamente ao 25 de abril e já várias coisas foram ditas, eu também não quero deixar de salientar o sucesso que foram estas comemorações. Faço parte da Comissão Permanente, ainda que não tivesse ido às Escolas, exatamente por ter estado a trabalhar com alunos das escolas nessa altura, mas acompanhei até antes o trabalho, porque vou falando também com os professores e sei o empenho e o interesse que demonstraram para a execução dos trabalhos. Sei que os alunos gostam de ver e de saber, mesmo que numa primeira fase, às vezes não percebiam o que é que está a acontecer ou o que é que está a acontecer (muito menos porque é que se parte um ovo). Fica e vão falando da existência dos órgãos. Não posso deixar de referir, não tenho facebook, não sei se estava, se não estava, se apareço, não vou falar sobre isso. _____

_____ Agora, relativamente às comemorações, acho que não estava na mesma que a minha colega líder de bancada da Coligação PPD-PSD/CDS-PP, começamos a reunião a horas, com quórum por um elemento, depois, a sala aos poucos foi-se compondo, mas a verdade é que no início da sessão não vi a sala tão cheia, acho que no ano passado, se a memória não me falha, até estava mais gente. Podemos estar com opiniões diferentes, mas deu-me a sensação que o ano passado a sala estava mais cheia, mas também não é importante. Queria salientar, isso sim, que ao longo do dia, houve algumas efemérides, comemorações, que também são dignas de registo e que ainda não foram aqui faladas, pelo menos, algumas faziam parte do programa oficial, outras houve o convite como por exemplo por parte do Presidente da Junta de Freguesia de Santo Varão, onde, para além da sardinhada, estava a decorrer um mini concerto, uma sessão de fados alusivos ao 25 de abril, à liberdade, ao Zeca Afonso, que estava muita pouca gente a ver, mas que era digno de ser visto. _____

_____ Tivemos na Abrunheira, o mural da liberdade e que também foi pena que grande parte inclusive dos membros desta Assembleia Municipal, não tivessem estado presentes e que culminou com um espetáculo e, se calhar erro meu, que não vou sempre aos espetáculos e também não assisto sempre porque nem sempre tenho oportunidade de assistir, que no dia 25 de abril, o espetáculo de abril da FIRA, a palavra que o pode descrever, é que foi arrepiante no bom sentido, porque efetivamente deram-nos ali todo um espetáculo, toda uma celebração, não foi só um concerto que envolveu as pessoas e acabámos toda a sala a cantar, a canção da Liberdade, a canção da Gaiota, foi efetivamente um ponto alto, muito alto das celebrações do 25 de abril e, que também é de salientar nesse dia. _____

_____ Portanto, foram celebrações, todas elas a começar efetivamente pelos trabalhos das escolas até ao encerrar, e ainda temos mais dois concertos no próximo fim-de-semana de duas filarmónicas, que estão de parabéns pelo trabalho que desenvolveram e portanto tudo isso é comemorar abril e, como eu disse no discurso, até as nossas diferenças de opinião fazem parte da democracia e ainda bem que assim é. _____

_____ Para além das comemorações do 25 de abril eu também gostaria de referir o Festival do Arroz e da Lampreia que foi feito entre a última Assembleia e esta e, por aquilo que me foi dado a conhecer, por aquilo que eu li, pelos comentários que ouvi, foi um grande sucesso, foi uma mais-valia para o Concelho, para a imagem do Concelho, projetou positivamente o Concelho de Montemor-o-Velho, projetou positivamente as Juntas de Freguesia, associações, já que todas elas estiveram envolvidas e asseguraram a animação do Festival e, portanto tenho de dar os parabéns a todos os que participaram e que fizeram deste evento um grande sucesso e portanto não queria deixar de passar em branco esse evento, essa mais-valia para Montemor.” _____

_____ Pediu a palavra o membro Carlos Gomes (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Eu gostaria de levantar uma questão relativamente à Estrada do Rio, que passa em Pereira. Eu por acaso estava a vir de Coimbra e reparei que a estrada tinha alguns buracos junto à Praia Fluvial de Pereira. Reparei que já foram tapados. Uma vez que parte da estrada não faz parte da responsabilidade da Câmara Municipal e eu lembro-me de ter visto, posso estar enganado, que ía haver um plano de intervenção nas estradas do campo, gostava de saber, dado que a Câmara não tem essa responsabilidade, qual seria o plano para revitalizar aquela estrada, dado que ela está a ficar bastante degradada nalgumas das suas zonas, tanto nas paralelas, como nas perpendiculares, qual seria o plano de intervenção e se será feito ainda neste mandato ou no mandato próximo, e também questionar sobre a estrada que liga a pista de remo até à perpendicular que está neste momento em terra batida, se efetivamente, ela irá avançar algum dia, porque era uma alternativa bastante consistente para quem parte diretamente de Montemor.” _____

_____ Pediu a palavra o PJF de Pereira, Rui Félix que disse: “Quero apenas abordar um tema que já foi aqui falado na sala e que não posso deixar passar em claro, falo no projeto, na obra que irá ser executada para a Extensão de Saúde de Pereira. Muitos nos criticaram, muitos falaram que nós nada fazíamos, o e que é facto, é que nós e, falo nós, Junta de Freguesia de Pereira e Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, que na pessoa do Senhor Presidente da Câmara agradeço a todos os que colaboraram neste projeto, direta e indiretamente, e dizer que a Junta de Freguesia não vai ser atirada para um beco, não vai ser atirada para um canto. Foi a solução mais vantajosa para Pereira, para os Pereirenses, para a Junta de Freguesia de Pereira e para a Câmara Municipal, porque nós não podemos esquecer que a Junta de Freguesia e este Executivo, quando entrou em funções, herdou apenas uma dívida de 38.500€, parece pouco para quem ganha muito, na Junta de Freguesia de Pereira ganha-se pouco, e este valor é muito elevado, e como nós tivemos que fazer muito com pouco, esta foi a solução mais eficaz e mais rentável para a Junta e para a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, na qual eu agradeço, mais uma vez, ao Senhor Presidente da Câmara todo o apoio e toda a colaboração que tem dado neste projeto, e dizer-lhe também, que não é um projeto que passe em claro aos Pereirenses, pois ainda ontem na Assembleia de Freguesia em Pereira foram-me dirigidas palavras de gratidão, para mim e para o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, faço questão em transmitir-lhes e dizer que não é um trabalho meu, é um trabalho de todos os Pereirenses que colaboraram direta e indiretamente neste projeto e que acreditaram em nós. É também um trabalho daqueles que nos criticaram porque de certa forma, deram-nos mais força para nós trabalharmos mais, melhor e mais rápido. _____

_____ Resta-me só agradecer mais uma vez, e esperar que esta obra seja realizada o quanto antes.” _____

_____ Pediu a palavra o membro Luís Madaleno (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Eu não vou falar em nenhum dos assuntos que foi aqui falado. Vou falar de um assunto importante e que acaba por estar um bocadinho em voga neste momento ou seja, nós estamos na fase do alcatrão, acho que é a fase em que nos encontramos e o alcatrão é muito importante, e acho que deve ser aplicado, no entanto, acho que deve ser aplicado com critério, e eu acho que não está a acontecer essa situação ou seja, ele não está a ser aplicado com critério. Eu bem sei que se calhar a tal cabimentação financeira não dá para o aplicar com critério, no entanto eu acho que também fazer essa aplicação sem cumprir com algumas regras de segurança, isso depois depende daquilo que cada um define como regras de segurança, mas que neste momento, daquilo que tenho visto, não está a ser bem aplicado. Primeiro porque, muitas das vias onde está a ser aplicado, está a ser aplicado em vias algo estreitas, não há o alargamento de via, a preocupação de manilhar as valas que são mais fundas. O que vai acontecer é um desgaste normal, natural, quer seja pela passagem das águas, quer seja por outras situações nas laterais, e acabamos por alcatroar uma estrada com uma largura necessária para passar dois veículos, mas há muitas estradas em que chega um momento em que já só passa um. Essa situação já aconteceu no passado, e eu até bem sei que não aconteceu na altura do Senhor Presidente de Câmara, mas eu não estou a visar o Senhor Presidente da Câmara, estou a visar a obra em si. A questão da obra é perigoso, chega um ponto em que vai ser um desperdício de alcatrão porque não se colocaram duas ou três manilhas, pelo menos nas valas mais fundas para evitar esse desgaste lateral. Eu sou de opinião que preferia alcatroar um quilómetro bem alcatroada, do que alcatroar dez quilómetros mal alcatroados, mas esse é o meu ponto de vista. O que não está a acontecer é um procedimento de segurança que deve acontecer. Depende de cada um fazer essa avaliação.” _____

_____ Pediu a palavra o PJF de Santo Varão, João Girão que disse: “Eu realmente não era para intervir nesta Assembleia, mas atendendo a que ontem estive na Assembleia de Freguesia de Santo Varão, na qual eu sou interveniente, e fui criticado por só falar nesta Assembleia em dezembro, atendendo a que estamos em época de pré campanha. Hoje eu tinha que dizer alguma coisa até para fazer jus à crítica que me foi feita, e como tal aproveite a oportunidade para dizer que estive aqui no dia 25 de abril, apesar de muito trabalho, porque tinha as comemorações também na minha freguesia e de uma maneira geral agradaram-me quase todos os discursos ou todos os discursos, tirando aqui alguma parte de discursos políticos, porque realmente como alguém dizia nesta Assembleia, estávamos aqui a comemorar o 25 de abril de 1974. Eu na altura, tinha pouco mais de um ano, tinha um ano e meio, não vivi o 25 de abril, mas os meus familiares e o meu partido incutiram-me esse espírito: o espírito da liberdade, o espírito de falar quando muito bem entendesse e quando muito bem achasse que deveria falar e por isso é que estou aqui hoje a falar. Falo aqui, porque estou legitimado para falar quando quero e quando muito bem entendo. É essa a legitimidade que me deram. _____

_____ Em relação ao 25 de abril, gostava de dizer que gostei muito de parte do discurso do Senhor Vereador Aurélio Rocha, em que diz que realmente a campanha deve ser focada nos problemas do Concelho e das Freguesias e concordo consigo, Senhor Vereador, é assim que deve ser e não em tricas pessoas e outras, como

têm sido feitas nesta Assembleias e noutras, nomeadamente na minha Assembleia de Freguesia. _____

_____ Continuava, dizendo que em relação ao 25 de abril muito me agradou e aqui agradeço a presença dos elementos desta Assembleia que foram convidados tardiamente e aí faço mea culpa, para estarem nas comemorações da minha Freguesia, e queria dizer ao Senhor deputado Ricardo Brites, que também esteve na minha Freguesia, que realmente na minha Freguesia não apareceu na fotografia, mas das fotografias que fala, e eu tive oportunidade de estar a confirmar no facebook, são 36 fotografias. Em 9 aparece o Senhor Vereador da CDU, em 4 aparece o Senhor deputado Ricardo Brites, em 2 aparecem os Senhores Vereadores do PSD e em 8 aparecem os Vereadores do PS e o Senhor Presidente de Câmara, contudo temos 13 fotografias genéricas, onde aparece muita gente, mas não está ninguém ligado a esta casa. É justo que se faça aqui esta nota de atenção. _____

_____ Para dizer que nas comemorações da minha Freguesia, não aparece ninguém de outras cores políticas, a não ser do PS, ao que eu aqui tiro o chapéu pela presença, mas poder-se-ão redimir com o convite que já foi feito para estarem presente no dia 06 de maio às 12h00 na inauguração do Festival Gastronómico.”

_____ Pediu a palavra o membro Francisco Mano (Coligação Mais por Montemor) que disse: “queria fazer a minha intervenção neste período antes da ordem do dia, não há semelhança de outras pessoas que vêm aqui por questões eleitoralistas ou porque são obrigados a falar ou não são. Eu venho aqui intervir porque fui eleito para isso pelas pessoas, para vir demonstrar os problemas e aquilo que desagrada às pessoas e para dar voz a essas pessoas que me elegeram e para vir aqui dar o meu contributo da melhor forma. Não venho aqui para fazer campanha ou outro tipo de propaganda política. _____

_____ Eu vinha falar de três pontos. Primeiro, eu vinha falar na questão das obras e do alcatrão, mas uma vez que já houve muitos colegas meus que vieram fazer referência a isso, não vou aqui estar a repetir-me para não prolongar muito mais o vosso tempo. No entanto, queria vir aqui levantar duas questões, uma que já venho a levantar de há uns meses para cá, relativamente ao ponto de situação do Conselho Municipal de Juventude, pelo que sei, ainda não está em pleno funcionamento. Queria saber qual é o ponto de situação, uma vez que daqui a mais, passaram os quatro anos e, ainda não vi a luz ao fundo do túnel. _____

_____ Queria levantar também uma outra questão que foi aqui debatida na última Assembleia Municipal por causa de um suposto painel eletrónico que está na rotunda Inês de Castro, que seria para aproveitamento do Concelho, da imagem do Concelho e das Associações, etc. e, até então, de há dois meses para cá ainda está parado. Está lá, mas muito sinceramente não sei o que é que é feito. Não sei se afinal a propaganda não é para fazer, se a propaganda que interessa não é esta mas é outra daqui a uns meses, não faço ideia. Eu gostava era de saber qual o ponto de situação, até porque já houve algumas entidades interessadas a contactar a Câmara Municipal para saber qual é o ponto de situação e de que forma é que podem colocar lá publicidade, mas o que lhes foi dito é que ainda não haviam informações relevantes a serem dadas. Sinceramente, gostaria de saber qual é o ponto de situação em relação a isso. _____

_____ Por último, só fazer aqui uma pequena nota que já aqui foi referido, a propósito do Festival do Arroz e da Lampreia, onde referiram que foi muito bem concebida a edição, no entanto eu quero alertar que nos

dias em que eu tive possibilidade de lá ir, acompanhei algumas das associações que estavam com os seus negócios, a tentarem ir buscar alguns lucros e que já têm marcado a sua presença em edições anteriores, e o que foi dito é que sinceramente manifestaram o seu desagrado porque este ano, ao contrário de anos anteriores, houve um decréscimo dos visitantes ao Festival do Arroz. Portanto, eu espanta-me que venham aqui referir exatamente o contrário. Não sei. Se calhar ou não estivemos no mesmo sítio ou não estivemos no mesmo Festival, ou não estivemos a falar com as mesmas pessoas. Talvez estejamos a ver perspetivas diferentes.” _____

_____ Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “O Movimento Independente de Cidadania por Amor a esta Terra, solidariza-se com o Dr. Ricardo Brites, membro da CDU, e faz suas as palavras que disse na sua primeira intervenção.” _____

_____ Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Senhor Presidente apenas o essencial. A CDU propõe que o tempo que estava previsto para a Exposição na Galeria Municipal, pudesse ser alargado, se não fosse de encontro a uma outra atividade ou uma outra iniciativa que esteja presente. É preferível que não seja visitada, estando as portas abertas, do que não ser visitada porque está fechada. Podem invocar que não veio ninguém, que não aparece ninguém, mas no meu entendimento, é preferível assim. Que esteja aberto e que as pessoas decidam se vão ou se não vão. _____

_____ Queria também aqui referir que o eleito da CDU não pretende aparecer nas fotografias, quem conhece a sua participação ao longo destes quase 4 anos, sabe que o faz, muitas das vezes, de forma discreta, faz as suas intervenções políticas, e apenas políticas, essencialmente nesta casa, não tenho qualquer pretensão em que aparece em 10, em 20 ou em 30 porque raramente fala na primeira pessoa, que se note e fique bem claro. Por isso, eu gostava de deixar aqui bem claro, quando reclamo o pluralismo partidário nesta atividade é em nome do meu partido e da coligação que me elegeu. Não o faço em nome pessoal, não pretendo aparecer em 20, em 30, porque apenas muitas vezes apareço quando sou convidado, porque nem para todas as iniciativas do 25 de abril, fomos convidados por isso, não me revejo neste protagonismo que me estão a querer colocar às costas, porque para isso não contem comigo. _____

_____ Queria aqui também dizer, e esqueci-me na primeira intervenção que fiz, porque de facto, estava bastante incomodado, e esqueci-me de um pormenor, curiosamente na Freguesia de Santo Varão, em que com o desenrolar, e com o desenvolvimento, e com a continuação das obras, o avanço das obras na Linha do Norte, neste momento, existe um perigo ainda maior para quem insiste em atravessar, sabemos que é ilegal, sabemos que não o devem fazer, mas isto acontece; é uma realidade que existe e para a qual não devemos tapar os olhos. Neste momento com o avançar das obras, a Linha do Norte aumentou, digamos assim, a sua cota e existe o obstáculo de transpor a Linha do Norte feita pedonalmente, é um risco ainda acrescido. Sabemos que outros Concelhos foram-se precavendo em relação ao encerramento das Passagens de Nível apenas quando foram concluídas as passagens elevatórias, e neste momento o Concelho de Montemor-o-Velho, ao longo destes anos, não soube fazer aquilo que devia ter feito ou seja, só devia ter encerrado as Passagens de Nível, quando efetivamente, as passagens deviam ter sido projetadas e concluídas como é

obrigação, e é obrigação desta Câmara Municipal fazer aquilo que se comprometeu a fazer e não fez. Daí a nossa preocupação para que a Câmara Municipal não feche os olhos a esta realidade, e, já foi aqui várias vezes chamada a atenção sobre isto, e não queremos que um dia mais tarde a Câmara Municipal seja conivente em qualquer acidente que possa ali acontecer.” _____

_____ Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Relativamente ao 25 de abril, pouco mais tenho a dizer. Dizer que respeitamos a história, mas esta liberdade que nos trouxe, permite-nos ter, enfim, uma ação presente e analisar o presente. _____

_____ Queria colocar mais duas questões ao Senhor Presidente da Câmara. Relativamente à ciclovia, há alguma novidade que nos queira transmitir? Estamos quase a terminar este mandato, sabemos que é um processo antigo, e que de facto, quem transita ao sábado ou domingo de manhã na estrada do Campo, percebemos que se houvesse a Ciclovia, era algo bastante bom para o Concelho e para as pessoas que praticam essa modalidade de andar de bicicleta ou andar a pé. Seria algo bastante interessante. _____

_____ Queria também perguntar ao Senhor Presidente se existe intenções do Executivo de encerrar a Escola de Formoselha, uma vez que para o ano penso que terá 4 alunos inscritos, não sei se terá alguns de novo. É uma questão que estou a colocar ao Senhor Presidente da Câmara. Está-me a questionar a mim, Senhor Presidente? Senhor Presidente da Assembleia, posso perguntar, ou não posso? É legítimo? _____

_____ Então, através do Senhor Presidente da Assembleia, uma vez que o edifício é da Autarquia, o Senhor Presidente que questione quem de direito, agora eu, como deputada municipal, tenho o direito de perguntar se realmente essa é uma intenção ou se existem algumas diligências, no sentido de ser resolvida esta questão.” _____

_____ Usou da palavra o PMAM, que disse: “Em nome da Comissão Permanente, acautelei que a exposição estivesse aberta. Se isso não aconteceu, o que posso fazer, de facto, é secundar a proposta do Senhor deputado Ricardo Brites, mas naturalmente irei verificar essa situação, porque antecipadamente, antes de marcar a exposição durante a semana, tive essa cautela de tentar que ela tivesse aberta, e julguei que, a informação que tinha era que estaria aberta. Foi uma surpresa para mim, só posso secundar a sua proposta. _____

_____ Tenho uma outra coisa que dizer, essa até em defesa da honra. Sei que os Senhores deputados e as Senhoras deputadas municipais não vão gostar, mas usando as palavras sempre ditas e que também já hoje foram ditas aqui, que cada um tem a liberdade de dizer o que quer, não é? Todos os membros da Assembleia Municipal estavam convidados para às 10h00 inaugurarem a exposição dos trabalhos das escolas. Aqueles que chegaram a horas perceberam que mesmo assim, para consideração com a Escola e com quem vinha, inaugurámos às 10h30. A Filarmónica 25 de setembro, chegou às 10h55 minutos, e não fosse o Senhor Vereador Aurélio Rocha, estar também a chegar nesse momento, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, não havia ninguém para receber a Associação Filarmónica 25 de setembro. Às 11h00, como estava no programa, iniciou-se o Hino Nacional. Parece-me, pelo menos a mim, que os senhores deputados municipais, as senhoras deputadas municipais, os senhores Vereadores, pelo menos, já que não quiseram aceitar o convite para inaugurar a exposição, respeitassem aquilo que é um símbolo nacional, que é o Hino

Nacional. Alguns não chegaram. Às 11h15, estava previsto o início dos trabalhos. Dir-me-ão que foi contra o Regimento, porque o nosso regimento prevê 15 minutos, como hoje aconteceu, da hora marcada, para começar as sessões, mas de facto, a sessão começou às 11h15. Às 11h19, depois da chamada, a nossa Assembleia tinha quórum por um elemento. Eu que sou o Presidente desta Assembleia, fiz porque acho que era uma penalização para mim, essa referência, porque entendo que quem está nestes órgãos deve respeitar os horários. Penso que é também uma questão de cidadania. Podem dizer que é algo que eu interiorizei e que tento desde que sou Presidente da Assembleia Municipal, não me recordo que alguma chamada tenha começado depois dos 15 minutos da hora marcada, exceto na Assembleia Extraordinária do 25 de abril, mas não começou antes da hora. E digo isto porquê? Porque um dia aprendi, que Portugal naquela velha história, tinha 48 anos de atraso, e alguém me disse: esses 48 anos de atraso, se deviam a uma instituição em que eu trabalho e tenho muita honra em trabalhar, que se chama Universidade de Coimbra e porquê? Porque se somarmos todos os quartos de hora que depois começam as aulas, as cerimónias na Universidade de Coimbra, estamos de facto com 48 anos de atraso. Portanto, independentemente daquilo que os meus deputados e as minhas deputadas municipais entenderem, enquanto eu for Presidente da Assembleia Municipal respeitarei os horários a que convoco os trabalhos. _____

_____ Esta é a minha justificação, aquilo que sempre farei, e aquilo que continuarei a fazer. Se digo isto, não era porque tivesse intenção de o dizer, é porque efetivamente, acho que um deputado municipal, um vereador, um presidente de Câmara e um presidente da Assembleia, ou quem quer que seja, tem o dever de chegar a horas. Tenho esta comigo e não me conseguirão demover desta minha opinião, por mais que discordem desta opinião.” _____

_____ O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “É para mim uma grande honra ser elogiado pelo “supergalático” deputado Oliveira e Sousa, que tem um excelente jogo de pés e de cintura. Eu agradeço-lhe muito os seus elogios e, em conformidade com a sua remuneração, faz os elogios muito bem-feitos ao Senhor Presidente da Câmara, e eu agradeço. _____

_____ Em relação àquilo que referiu, a obra estará feita no final do mandato. No final do mandato acertamos as contas. É o que lhe posso dizer. _____

_____ Quanto à questão da Galeria fechada levantada pelo Senhor deputado Ricardo Brites, muito lamento. Efetivamente eu próprio fui verificar e já fui tirar explicações. Efetivamente não esteve fechada ontem e anteontem, pode ter acontecido algum imprevisto porque é um estagiário que está lá, e portanto eu já pedi aos Serviços e saí da sala para tomar nota desta situação, e estarei de acordo que se prolongue a exposição esteja aberta dentro de um horário normal e que possa ser visitável. _____

_____ Quanto à questão das publicações no facebook, não podia estar mais solidário com o deputado Ricardo Brites porque não é por causa daqueles que cumprem, que devemos ser prejudicadas e portanto, pedia ao Senhor Presidente da Assembleia que permitisse que a Senhora Jornalista que faz este tipo de notícia, explique o porque de não haver discursos publicados dos Vereadores e dos outros intervenientes.” _

_____ O PMAM deu a palavra à trabalhadora Ana Luísa Ferreira que disse: “O meu Gabinete é mesmo aqui

ao lado, eu ouvi as críticas que fizeram. Compreendo que estejam chateados por não terem o vosso discurso plasmado na rede social e no nosso site. De facto, no final da sessão pedi a todos os que discursaram que nos enviassem os discursos, a mim ou à Elisa, até porque é hábito fazerem-no para poder constar em ata. Até ao momento recebemos de todos, à exceção da bancada do PSD e, por isso não colocámos ainda. Soube agora que o Eng.º Abel Girão enviou agora à tarde e só por essa razão não estão disponíveis.” _____

_____ Usou da palavra o PCM que questionou: “Alguma vez interferi nas publicações?” _____

_____ Usou da palavra a trabalhadora Ana Luísa Ferreira tendo respondido: “Não”. _____

_____ Retomou a palavra o PCM que disse: “Está dada a explicação. Senhor deputado Ricardo Brites, estou solidário consigo, porque efetivamente as coisas devem ser entregues atempadamente e não devemos prejudicar as pessoas que o fazem. _____

_____ Ainda as questões da Senhora deputada Ana Jorge, dar-lhe nota e expressar a minha indignação pelo facto de aqui ter interpelado ou ter reagido ao encerramento pelo Presidente da Câmara da Escola de Formoselha. _____

_____ Escusa de me arregalar os olhos, eu não me assusto. Eu vou-lhe dizer com toda a clareza porque é que eu me exaltei ou fiquei um bocado incomodado. A senhora com especiais responsabilidades na educação, não pode dizer uma coisa dessas, porque sabe que quem fecha as escolas é a DGESTE e a Senhora está a fazer má política e está a prestar um mau serviço aos seus municípios. É só por isso que eu me indigno. Porque a política faz-se com elevação, com ética, e por isso mesmo a Senhora não pode fazer essa pergunta, porque o Presidente da Câmara não encerra escola nenhuma, como sabe e deve saber, porque a Senhora está ligada à Educação, é professora e, portanto sabe daquilo que eu estou a falar. Quem encerra escolas é a DGESTE portanto, essa é a questão que deve ser esclarecida logo na pergunta. _____

_____ Relativamente à Ciclovia do Mondego é um projeto supramunicipal, está entregue à CIM, será um projeto financiado ou não, será executado ou não em face de candidatura via CIM-RC, porque é um projeto que envolve vários Municípios e portanto sempre foi um projeto supramunicipal. O Município de Montemor-o-Velho irá executar alguma parte da ciclovia, se assim o poder fazer, nas partes onde vai intervir na regeneração urbana. Pelo menos foram essas as minhas indicações e que foram dadas aos Serviços, no sentido de preparar essa intervenção. _____

_____ Quanto à faixa da estrada do campo, que está concessionada ao Município de Montemor-o-Velho, a mesma foi candidatada ao Fundo de Emergência Municipal, custa 300.000€, a reparação de cada uma das faixas e, aguarda despacho da Tutela, para que possa ser executada essa obra. Naturalmente que, se há candidatura, não vamos executar antes da aprovação da mesma. _____

_____ Quanto às questões da obra da Linha do Norte, efetivamente este Executivo tem tido a preocupação, já aqui esclareci o que é que se passou com o encerramento das Passagens de Nível. Eu concordo e subscrevo tudo o que disse e quero-lhe dizer que não é fácil ter uma reunião com as Infraestruturas de Portugal e finalmente conseguimos marcar uma reunião para dia 09 de maio, e também não tenho problemas nenhuns que o Senhor Vereador ou o Senhor deputado possam estar presentes ou quem quiser estar presente, porque

acho que é uma questão da maior importância e transversal a todos, não tenho problema nenhum, e façam favor, a reunião é às 15h00. Essa é a informação que lhe posso dar. _____

_____ Quando à intervenção do Senhor deputado Carlos Gomes, a sua pergunta tem a resposta. Não é uma competência da Câmara Municipal, está perfeitamente sinalizada essa estrada que reclama. Não há nenhum plano de intervenção porque a estrada não é do Município. _____

_____ Também não a vamos receber tal como está, sem que o dono da estrada a repare, como é hábito. Não vamos receber estradas para reparar. Volto a repetir que a intervenção em cada uma das retas (Pereira e Formoselha) custa 300.000€ portanto, imagine quanto é que não custa a intervenção em toda a extensão.

_____ Do alcatrão e da sugestão do deputado Luís Madaleno, eu por acaso confesso, pensei que ia dizer que viu a estrada da raseira que tanto reclamou reparada. Queria-lhe dar uma nota que me parece importante. Eu concordo consigo que se devam manilhar as valetas, não tenho problema nenhum em dizer que concordo. É evidente. Só que, como deve perceber, o custo de emalhar é muito elevado e portanto, ou reparamos as estradas por onde as pessoas passam, e tratamos das valetas, porque há um tratamento mínimo da valeta, que está a ser feito ou será feito posteriormente e que queremos fazer, porque estamos de acordo consigo que as valetas devem ser tratadas, agora manilhadas ou feitas com cimento, é um custo muito elevado e só o fazemos em situações muito sensíveis. _____

_____ Quanto à intervenção do Senhor deputado Francisco Mano, o Conselho Municipal de Juventude já foi publicado e aprovado em Diário da República, está em fase de notificação dos interessados e dos membros desse mesmo Conselho, mas houve uma alteração orgânica e isso saiu da área do desporto e passou para a Cultura. Portanto, é algo que eu vou pedir também para acelerar porque, efetivamente está em condições de se formar, e antes de terminar o mandato forma-se. _____

_____ Quanto à questão do painel eletrónico, como eu já aqui disse é de uma empresa, o que se passou é que sendo um painel sensível a LED's, composto por vários quadrados de LED's, uma peça de dois dos painéis avariou-se no transporte e tem de vir de fora, e é só por isso que está demorada a entrada em funcionamento. Ele funciona, eu já o vi a funcionar, só que esses dois painéis centrais, ainda por cima são centrais, não têm a cor correta, é um condensador, uma peça que tem atrás que tem de vir de fora." _____

_____ Pediu a palavra o membro Luís Madaleno (Coligação Mais por Montemor) que disse: "Relativamente à questão do alcatrão, foi uma mera sugestão. Eu, para já, não sabia que o Senhor Presidente arranjava estradas para eu lhe agradecer, mas eu também já o fiz noutras situações, eu agradei. Eu reparei que as obras foram feitas, não há dúvida, agora aquilo que eu estou a dizer é que dá uma maior durabilidade à própria estrada, logo o investimento, que é mais caro, vai ter uma durabilidade maior, logo vai sair mais barato, esse é o meu ponto de vista. É só isso. Aquilo que o Senhor Presidente me diz que é mais caro, e eu mencionei a cabimentação financeira, é só essa questão. Estamos a gastar muito mais dinheiro sim, mas estamos a ter mais durabilidade, por isso vai sair mais barato. É o meu ponto de vista." _____

_____ Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: Em primeiro lugar, nós já estamos habituados, de facto, a esta forma de reagir do Senhor Presidente da Câmara, o que não

me parece correto a forma como se dirige a esta Assembleia, nomeadamente a mim. _____

_____ Eu não lhe estava a arregalar os olhos, eu estava apenas a responder-lhe. Eu, já lhe expliquei várias vezes que é a minha forma de falar e como nem sempre aquilo que diz, eu concordo, ou na sua grande maioria, estava apenas a alertá-lo que não seria bem assim. _____

_____ Primeiro, não havia necessidade de chamar a Senhora Jornalista. Isto não é nada com os funcionários desta Autarquia. Isto tem a ver com procedimentos. Em primeiro lugar, o discurso está gravado desde o dia 25 de abril, eu não sou funcionária desta Autarquia, tenho a minha profissão, tenho as minhas obrigações profissionais, e neste momento com provas de aferição na semana que vem, eu tenho que trabalhar doze horas por dia, e portanto é natural que nem sempre as coisas sejam tão diligentes, quanto nós gostaríamos que fossem. _____

_____ Segundo, quem me pediu o discurso, quando já estava eu a sair, foi o Chefe de Gabinete do Senhor Presidente, Dr. Décio Matias. Eu penso que a Dona Elisa estava ao lado e voltei-me para ela e disse: sim senhora eu depois envio o discurso. Nunca me foi dito em tempo algum que este discurso em suporte informático da minha parte fosse necessário para alguma publicação, senão eu teria chegado a casa e teria enviado imediatamente o discurso. Não me foi dito de facto, que havia urgência em que eu enviasse o meu texto em formato word para que fosse publicado, se bem, como disse, ele estava gravado, e portanto, se havia urgência de publicar nem que fosse num pequeno resumo, na gravação, com algum tempo, naturalmente, conseguiriam extrair aquilo que fosse necessário e mais, já me têm ligado por coisas não tão urgentes, portanto poder-me-iam ter ligado e ter-me dito que tinham urgência para publicação do meu discurso que eu imediatamente me teria lembrado e o teria enviado. Fica de facto, esta anotação que eu não tinha conhecimento da urgência desse discurso. Isto, não tem nada a ver com a Senhora funcionária, mas convém que, de facto, esta reposição da situação e do que efetivamente aconteceu seja reposta e seja esclarecida. _

_____ Relativamente à escola de Formoselha, o Senhor Presidente da Câmara sabe tão bem como eu, que há questões do ponto de vista de Escola e muitas questões que se foram passando ao longo deste mandato, que eu nunca trouxe para esta Assembleia porque sou uma pessoa que tenho informação privilegiada, e como tal não devo fazer uso dela em questões políticas. Esta questão, não é uma questão levantada por mim Ana Cristina da Silva Jorge, mas é uma questão que já tem sido levantada por alguns munícipes. É verdade que este município não tem uma política para a educação, não tem uma visão, não sabe o que quer e então, de facto, imputa as responsabilidades a outros organismos. _____

_____ Do que sei, e daquilo que tenho ouvido através da DGESTE, a Câmara Municipal é que deveria fechar a escola mas, isso é algo que eu deixo para os políticos. Eu sou uma deputada municipal, o Senhor é o Presidente de Câmara, quem governa este país é uma coligação. Esta minha questão é pertinente porque do ponto de vista pedagógico e de socialização é profundamente incorreto, é profundamente desmotivante, para quatro crianças, um professor e uma assistente operacional estarem numa escola. Portanto, pensem nas crianças, pensem no professor e pensem no assistente operacional. _____

_____ Pensem nas crianças da vossa família, pensem nas instituições onde elas estão, e pensem de uma vez

por todas, naquilo que é melhor para as crianças. Se não sabem, perguntem. Perguntem aos pedagogos, perguntem às pessoas que estudam estas questões da escola, da escolaridade e da escolarização das crianças, se realmente é benéfico, e vamos supor que no próximo ano estão apenas quatro crianças, para estas quatro crianças estarem ali naquele espaço. Este é o desafio que eu deixo. Nada mais do que isto. Os Senhores por favor informem-se e pensem qual é a melhor solução para aquela escola e para aquelas crianças. A minha questão basicamente é esta. Parem para pensar. As pessoas têm que pensar as coisas; As pessoas têm que pensar no Concelho; As pessoas têm que pensar na educação; As pessoas têm que pensar no empreendedorismo; As pessoas têm que pensar tudo em termos de futuro. O que é que é melhor? Vamos parar e vamos pensar. Não vamos atirar responsabilidade para A, B, C, D. Não é essa a questão aqui. A questão é parar para pensar. Portanto, a minha questão, eu continuo a dizer, é pertinente, porque o Senhor é a entidade máxima deste Concelho. O Município é dono daquele espaço e, portanto, há-de ter uma palavra a dizer certamente. _____

_____ A minha questão não é uma questão política eu gostaria que essa questão fosse resolvida da melhor forma, é por isso que eu levantei essa questão, e esta questão não é uma questão de hoje, é uma questão do ano passado, é uma questão de, a partir do momento em que começa a haver decréscimo nas escolas do 1.º Ciclo, as situações têm que ser pensadas e, é isso que eu quero aqui deixar. É parar para pensar e tentar perceber qual a melhor solução.” _____

_____ Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Senhor Presidente eu acho que a deputada Cristina Jorge também devia parar para pensar que é política. Não sei porque é que ela vem dizer que não é política ou é para os políticos, mas é política. _____

_____ Também devia parar para pensar que o país não está a ser governado por uma coligação, e de uma vez por todas, ao fim de quase dois anos, ainda há gente que não percebe que o país não está a ser governado por uma coligação. _____

_____ Aquilo que eu queria tentar esclarecer é que a justificação solicitada pelo Senhor Presidente da Câmara era, de facto desnecessária, digamos que é como se a funcionária da Autarquia viesse aqui justificar o injustificável. Porque nunca se publicou na íntegra qualquer discurso que tenha sido proferido aqui durante as cerimónias do 25 de abril. Não era isso que se pretendia ou seja, a publicação que foi feita pelo Município de Montemor-o-Velho resume, 5 ou 6 discursos a um parágrafo e, depois desenvolve como pretende o discurso do Presidente da Assembleia e o discurso do Presidente da Câmara. Quanto a isso nada, agora de facto não existiu o mesmo tratamento que devia ser dado às outras forças políticas. É só essa questão que eu queria deixar esclarecida. Agora, justificar isso porque houve um atraso por parte de outro partido político que não entregou. Nunca aqui se publicou qualquer tipo de discursos na íntegra e, queria aqui deixar que, a minha preocupação não está relacionada com a publicação do Discurso da CDU ou não, é apenas uma preocupação relativamente ao tratamento que foi dado a cada um dos intervenientes.” _____

_____ Pediu a palavra o membro Municipal Carlos Gomes (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Eu agradeço a resposta do Senhor Presidente da Câmara, só que eu acho que ficou uma parte por responder. Já

percebi que dadas essas contingências, tão depressa não se vai fazer nada, infelizmente, se bem que não seja culpa da Câmara Municipal. Eu também questionei na segunda parte da minha intervenção a questão da variante que estava projetada, penso eu, anteriormente, entre a Centro de Alto Rendimento e a Ponte de Formoselha. Se vai ser abandonada de vez ou se alguma entidade a vai fazer. Era só essa a questão que eu gostava de saber.” _____

_____ O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Para esclarecimentos finais, eu enquanto Presidente de Câmara e penso que ninguém, nenhum dos Vereadores interfere na feitura das notícias a quem eu dou total liberdade para as pessoas fazerem aquilo que bem entenderem, e por isso chamei a autora da notícia e fiz-lhe uma pergunta muito clara, se eu interfiro nas notícias, se põe esta ou aquela fotografia, não faço nada disso. _____

_____ Aquilo que me foi explicado e que a trabalhadora não explicou é que não havendo os discursos todos, não podia fazer a súmula dos mesmos. Quero dar nota, que apesar de estarem os discursos gravados, a trabalhadora afeta às atas é só uma, o trabalho que tem é megalómano e, se calhar nós optamos por outras certidões prioritárias e ela tem de dar prioridade a trabalho que tem prazos. Para notícias não solicitamos à trabalhadora Elisa essa colaboração. _____

_____ Dar nota que, mais uma vez, eu quero aqui dizer que já fui aqui Vereador e que me era solicitado o mesmo. Eu dava de imediato os meus discursos em suporte Word. Deixava até uma Pen, fazia-o de bom grado e sabia para o que era. _____

_____ Em relação à resposta que o Senhor Carlos Gomes pretende dar-lhe duas notas que convém esclarecer. A primeira nota é que a variante não foi feita porque não havia fundos disponíveis e não foi financiada. A culpa não é deste Executivo. Segunda nota, nós já fizemos parte do trabalho, que está lá para que, com recursos próprios do próprio município possamos intervir nessa mesma estrada, neste momento, posso-lhe garantir, pelo menos neste Executivo, não vamos colocar alcatrão naquela variante. Porque existem estradas muito importantes nas Freguesias, pelo que agora aproveito para dar a resposta em relação ao critério que foi aqui também, levantado. O critério não é o critério do Senhor Presidente da Câmara. Foi feito de comum acordo com as Juntas de Freguesia, estabelecendo-se prioridades para as estradas que careciam, na opinião dos Presidentes de Junta, e também com o nosso consenso, de intervenção prioritariamente na escala de 1 a 5, foram-me dadas essas prioridades. Esse foi o critério estabelecido. Não há aqui uma interferência no sentido de que eu gosto mais ou menos daquela. Eu tentei respeitar a sensibilidade dos Senhores Presidentes de Junta que as conhecem bem e estão intimamente ligados ao território que gerem e, foi isso que fiz. _____

_____ Quero aqui dizer com toda a clareza que aquilo que eu me comprometi com os Senhores Presidentes de Junta vai ser cumprido na íntegra. A minha palavra vai ser cumprida. Portanto é esse o critério.” _____

_____ **Ponto 2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.** _____

_____ Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “O Movimento Independente de

Cidadania por Amor a esta Terra, que se candidatou tão só para dar dignidade e esperança às pessoas deste Concelho, vem referir que em tempos de pré-campanha eleitoral, é lamentável que as obras lançadas sem qualquer planeamento, que pretendem única e exclusivamente iludir os cidadãos, não resolvam verdadeiramente os problemas vivenciados por todos. _____

_____ É lamentável, que as promessas do Senhor Presidente da Câmara às diferentes interpelações feitas neste órgão autárquico não passem disso mesmo, de promessas, uma vez que tudo continua na mesma ou seja, por fazer. _____

_____ Lamentável, que no período em que sobretudo deveríamos fixar as populações nas diferentes Freguesias, isso não aconteça, até pela falta de apoios às instituições locais, que deveriam gerar dinamismos para contrariar a saída das populações. _____

_____ Lamentável, que em termos de incentivos à fixação de empresas e negócios no Concelho, tal nunca foi uma prioridade deste Executivo, que viu crescer outros Municípios nesta e noutras áreas. _____

_____ Lamentável que nunca tenho sido criada uma incubadora de empresas ou de ideias de negócios, embora os princípios do empreendedorismo, estejam patentes no Concelho, através de alguns cidadãos. _____

_____ Lamentável, que o Executivo nunca tenha conseguido trazer as figuras maiores do Governo ao nosso Concelho, para o conhecer e para os levar a apostar nas suas grandes potencialidades. _____

_____ Lamentável, que as obras que marcaram o passado deste Concelho, sejam votadas ao abandono, numa lógica economicista de poupança e de aposta noutros valores, mostrando por isso, a insensatez de quem não percebe nada disto ou está mal aconselhado. _____

_____ Lamentável, continuarmos na senda dos mais atrasados do Distrito de Coimbra, mesmo sendo o Litoral, o que contraria a lógica dos que pensam que isto é impossível.” _____

_____ A AM tomou conhecimento. _____

_____ **3. Apreciação e deliberação de autorização, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos e para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, dos números 5 e 6 do art.º 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e alínea f) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para a contratação de empréstimo de médio/longo prazo para aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos, ao abrigo do artigo 81.º da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro, que aprova a Lei do Orçamento de Estado de 2017, e com base no relatório de avaliação das propostas apresentadas.** _____

_____ O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Para prestar os esclarecimentos adicionais à informação que foi prestada aos Senhores deputados, solicito que o Senhor Presidente permita que o Dr. Cristiano Santa Rita explique o ponto. _____

_____ O PMAM deu a palavra ao Chefe de Unidade Orgânica de Finanças e Património, Cristiano Santa Rita que disse: “Basicamente, o que está em cima da mesa será uma operação de substituição de dívida ou seja, o Município tem um empréstimo de saneamento financeiro, que não foi cumprindo e, portanto, queremos

substituir esse empréstimo e queremos igualmente substituir um outro empréstimo que também tem uma taxa de juro muito elevada face aquilo que são as atuais condições de mercado. _____

_____ É uma possibilidade prevista no Orçamento de Estado portanto, nós pedimos propostas a seis entidades bancárias, recebemos propostas de apenas três, uma delas vinha com uma desconformidade e, portanto, atendendo à negociação que estava expressamente prevista no convite, intimámos às entidades que apresentaram propostas, a melhorá-las ou a mantê-las. O BPI, que foi uma das entidades, manteve a proposta, CCAM aumentou um pouco o capital e diminuiu o spread e a CGD alterou também a sua proposta. Feito isto, foram feitas as análises e concluímos que cumprimos o disposto no artigo 81.º do Orçamento de Estado. _____

_____ Após aprovação da Assembleia Municipal, terá que ser remetido ao douto Tribunal de Contas, o qual terá que fazer o controlo prévio e verificar e atribuir o visto ou não a esta operação que pretendemos celebrar.” _____

_____ Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Após análise dos documentos que nos chegaram e onde estão explanadas as três propostas e os três empréstimos e respetivos montantes, sendo que a proposta da Caixa Geral de Depósitos, que é o maior volume destes três empréstimos, não podemos deixar de considerar que a Caixa Geral de Depósitos condicionou a sua proposta à execução orçamental do Município no 1.º e 5.º ano ou seja, existe aqui um ponto contratual, que no nosso entendimento, coloca a Câmara Municipal numa imposição ou seja, a própria instituição bancária impõe à Câmara Municipal, algo que a própria Lei não prevê. No nosso entendimento é um risco e gostaríamos que estivesse aqui uma referência ou uma tentativa por parte do Executivo Municipal em retirar este ponto, que é o ponto 10., que refere as outras condições relativamente às condições do empréstimo. _____

_____ Também gostaríamos de questionar o Executivo Municipal sobre o facto destas condições e do facto as taxas de juros ou as condições do empréstimo estarem associados ao rácio da dívida total do Município, se de facto, estão aqui garantidas ou se não estaremos aqui para que no futuro tenhamos aqui um agravamento por algum tipo de incumprimento por parte do Município e que não tivessem sido aqui acautelados estes valores e este contrato. _____

_____ Também nos preocupa que a própria comissão que acompanhou, analisou e fez a análise destes contratos, não faça qualquer referência a esta imposição, que consideramos mesmo que é uma imposição da Troika ou seja, a Caixa Geral de Depósitos tornou-se neste momento na Troika bancária que de facto não tem, digamos assim, qualquer razão de ser, e daí a nossa preocupação com este empréstimo, e devemos aqui acrescentar que será obrigação do Executivo e do Município, acautelar o mais rapidamente possível, após aprovação ou não por parte desta Assembleia dos contratos uma alternativa, à semelhança daquilo que se faz regularmente, digamos, voltar a ir ao mercado para retirar o mais rápido possível deste montante, este

ponto que, para nós é prejudicial e coloca em risco estes 14 anos de pagamento destes empréstimos para o Município.” _____

_____ Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “O Movimento Independente de Cidadania por Amor a esta Terra, que se candidatou tão só para dar dignidade e esperança às pessoas deste Concelho, em relação ao assunto tem a dizer o seguinte: _____

_____ Dada a importância do assunto em questão, o Executivo deveria consultar todas as instituições de crédito bancário presentes no nosso país, e não o fez, por forma a ter todas as condições que lhe permitissem por bem decidir. _____

_____ Por outro lado deveriam ser equacionadas todas as condições explícitas e implícitas das diferentes propostas, garantindo a salvaguarda dos reais interesses do Município e dos seus cidadãos, uma vez que serão estes os que verdadeiramente irão pagar a proposta que for eleita e assim dado tornar-se uma matéria que, do nosso ponto de vista, se revela incompleta e em alguns casos insuficientemente fundamentada, fazemos nossas as ultimas palavras, do risco que corremos, daquilo que foi dito pelo Ricardo Brites, deputado da CDU.”

_____ Pediu a palavra o membro Jorge Santana (PS) que disse: “Relativamente a este ponto, cumpre-me dizer o seguinte: _____

_____ Longo foi o caminho que nos trouxe a esta solução hoje apresentada, o percurso foi difícil, não esqueçamos que já vamos quase em 4 anos de negociações e alternativas. _____

_____ Este caminho foi trilhado com dificuldades hercúleas, dificuldades herdadas. Não esqueçamos que a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, há longa data consta da lista dos maus pagadores. Só agora e, com muito esforço, este Executivo conseguiu atingir um patamar de entendimento que se formalizado permitirá tornar esta Câmara governável e longe das amarras dos credores. _____

_____ Tecnicamente foram pedidas propostas de financiamento bancário para liquidar responsabilidades também elas bancárias, cumprindo-se todos os critérios e imperativos legais, sendo critério de decisão o menor custo, portanto a escolha recomendada parece-nos tecnicamente correta. Evidentemente que estamos atentos aos condicionalismos impostos pela CGD – Caixa Geral de Depósitos. São os ideais? Não! Vão além da Lei? Possivelmente. Mas não esqueçamos que a Caixa Geral de Depósitos é uma instituição de crédito, faz negócios não faz caridade. É uma instituição lesada pela contraparte Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, pois são eles os principais financiadores desta edilidade, e não recebem as prestações devidas desde há longa data. Num processo negocial terão sempre de existir exigências e cedências entre as partes. A Caixa Geral de Depósitos meramente tenta defender a sua posição por força de comportamentos de risco anteriores. Estamos perante o acordo possível, no contexto atual, parece-nos um acordo bastante positivo, pelo que a Bancada do PS votará favoravelmente.” _____

_____ Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 29 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica: _____

_____ VOTAÇÕES _____

_____ Fernando Jorge dos Ramos _____	A Favor-----
_____ Luís Filipe Azenha Madaleno _____	A Favor-----
_____ Carlos Lucas Correia _____	A Favor-----
_____ Rui Manuel Salgado Canha Limeiro _____	A Favor-----
_____ Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge _____	A Favor-----
_____ Ana Cristina da Silva Jorge _____	A Favor-----
_____ Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites _____	Abstenção-----
_____ Aida Maria Craveiro Duarte _____	A Favor-----
_____ Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano _____	A Favor-----
_____ Maria da Graça Valente dos Reis _____	A Favor-----
_____ Adelaide Maria Simões Medina _____	A Favor-----
_____ Olga Susana Miranda da Silva _____	A Favor-----
_____ Edmea Teresa Reis Silva _____	A Favor-----
_____ Fernando Pereira Nunes Curto _____	A Favor-----
_____ Carlos Alberto da Costa Gomes _____	A Favor-----
_____ Jorge André da Silva Santana _____	A Favor-----
_____ Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo _____	A Favor-----
_____ José de Oliveira de Sousa _____	Abstenção-----
_____ Joaquim António Graça Rainho _____	A Favor-----
_____ Maria João Batista Sobreiro _____	A Favor-----
_____ Jaime Gomes Nogueira _____	A Favor-----
_____ Victor Manuel Pardal Monteiro _____	A Favor-----
_____ Vasco Gonçalo Sousa Martins _____	A Favor-----
_____ Joaquim Neves Martinho _____	A Favor-----
_____ Rui Jorge Félix de Almeida Roxo _____	A Favor-----
_____ João António Góis Girão _____	A Favor-----
_____ Paulo Jorge Neves Correia _____	A Favor-----
_____ Raul Nunes Leitão _____	A Favor-----
_____ Carlos António Cristino Alves _____	A Favor-----
_____ A AM tomou conhecimento. _____	

_____ **4. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 1.ª Revisão ao Orçamento 2017 e Grandes Opções do Plano 2017-2020.** _____

_____ O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Da mesma forma lhe solicitava, Senhor Presidente, com a sua autorização que a explicação fosse feita pelo Técnico, Dr. Cristiano Santa Rita.” _____

_____ O PMAM deu a palavra ao Chefe de Unidade Orgânica de Finanças e Património, Cristiano Santa Rita que disse: “Aquilo que, neste ponto, se pretende que seja aprovado pela Assembleia será a 1.ª Revisão

Orçamental ao Orçamento 2017 e Grandes Opções do Plano 2017-2020, a qual visa tão só, a inclusão do saldo de gerência anterior o qual, de acordo com a brochura n.º 1 da SATAPOCAL e todos os entendimentos jurídicos da CCDRC, só pode ser efetuada por revisão orçamental, daí ter vindo a este órgão para aprovação.” _____

_____ Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Tantas vezes é repetido que começa a entrar no uso, e a CDU irá também tão só votar contra no seguimento daquilo que foi, também, a sua posição de voto, relativamente à apresentação do Orçamento, anteriormente noutra Assembleia, por isso, em conformidade e em coerência com o seu sentido de voto e, na altura as explicações foram dadas, quando foi votada essa matéria, por isso não teremos muito mais a acrescentar.” _____

_____ Pediu a palavra o membro Francisco Mano (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Relativamente a esta 1.ª Revisão Orçamental de 2017, apenas referir que à semelhança de anos anteriores, foi feita esta engenharia financeira, como já lhe chamei nos últimos anos, em que é utilizado este fundo e há esta transferência de saldos de gerência de 2016 para o corrente ano, mas há que referir que, este ano, há sem dúvida alguma um aproveitamento político, e temos que referir que será para fins eleitoralistas por parte do Senhor Presidente da Câmara, isto porque, num ano onde vamos ter eleições autárquicas, o valor que é transferido neste saldo de gerência, é um valor muito avultado, onde a principal preocupação do Senhor Presidente da Câmara que aqui está espelhada, é a sua reeleição para mais um mandato autárquico socialista. Assim, é importante também que digamos que esta transferência deste fundo deste saldo de gerência, foi feita à conta dos nossos munícipes; foi feita à conta do brutal aumento de impostos e de taxas que foram aplicados no ano passado, e que este ano resultaram neste avultado saldo. Portanto, há que ter em conta a maneira como chegámos a estes valores, e penso que o Senhor Presidente da Câmara deveria repensar e deveria utilizar estes valores de forma a dar condições e qualidade de vida aos seus munícipes, em vez de utilizar apenas para os seus fins eleitoralistas.” _____

_____ O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Há questões que me parecem pertinentes em relação à intervenção do Senhor deputado Francisco Mano. Ponto um, só se faz isto quando há saldo de gerência positivo, coisa que não era habitual anteriormente, por isso mesmo, é natural que não esteja habituado a estes saldos positivos. Neste Executivo as coisas foram ocorrendo, mais ou menos nessa estrita medida. Na verdade, concordo inteiramente consigo. O dinheiro é dos munícipes, é para ser devolvido aos munícipes, não para fazer campanha eleitoral pela minha pessoa. Já de agora, se eu sou responsável pela Câmara Municipal, devo empregar o dinheiro bem empregue e penso que se eu o empregar em obra, se eu o devolver aos munícipes em obra, estou a cumprir a função para a qual fui eleito. _____

_____ Dir-me-á porquê só agora? Porque é conveniente sempre lembrar que o dinheiro era utilizado para pagar dívidas do Executivo anterior e foram pagas muitas dívidas do Executivo anterior que não permitiram fazer obra, e permitiram uma coisa mais importante. Permitiram devolver o empréstimo do PAEL, por exemplo, permitiu por sua vez libertar este Município das garras da DGAL e de outros controles, percebe? E é essa componente que falta no seu discurso.” _____

_____ Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 27 membros da AM, realizou-se a

votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica: _____

VOTAÇÕES	
_____ Fernando Jorge dos Ramos _____	A Favor-----
_____ Luís Filipe Azenha Madaleno _____	Contra-----
_____ Carlos Lucas Correia _____	A Favor-----
_____ Rui Manuel Salgado Canha Limeiro _____	Contra-----
_____ Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge _____	A Favor-----
_____ Ana Cristina da Silva Jorge _____	Contra-----
_____ Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites _____	Contra-----
_____ Aida Maria Craveiro Duarte _____	A Favor-----
_____ Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano _____	Contra-----
_____ Maria da Graça Valente dos Reis _____	A Favor-----
_____ Adelaide Maria Simões Medina _____	Contra-----
_____ Olga Susana Miranda da Silva _____	A Favor-----
_____ Edmea Teresa Reis Silva _____	Contra-----
_____ Fernando Pereira Nunes Curto _____	A Favor-----
_____ Carlos Alberto da Costa Gomes _____	Contra-----
_____ Jorge André da Silva Santana _____	A Favor-----
_____ Lúdia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo _____	Contra-----
_____ José de Oliveira de Sousa _____	Contra-----
_____ Joaquim António Graça Rainho _____	A Favor-----
_____ Maria João Batista Sobreiro _____	Contra-----
_____ Victor Manuel Pardal Monteiro _____	A Favor-----
_____ Vasco Gonçalo Sousa Martins _____	A Favor-----
_____ Joaquim Neves Martinho _____	A Favor-----
_____ Rui Jorge Félix de Almeida Roxo _____	A Favor-----
_____ João António Góis Girão _____	A Favor-----
_____ Raul Nunes Leitão _____	A Favor-----
_____ Carlos António Cristino Alves _____	A Favor-----
_____ A AM tomou conhecimento. _____	

5. Apreciar e Votar, sob proposta do Executivo Municipal, os Documentos de Prestação de Contas 2016. _____

_____ O PMAM deu a palavra o PCM que disse: “Senhor Presidente da Assembleia, está cá também para explicar este ponto o Senhor Dr. Cristiano Santa Rita e, já de agora também, e eu penso que essa deferência deve ser dada ao nosso auditor, ao nosso ROC, que veio expressamente e com todo o respeito por esta

Assembleia, para prestar os esclarecimentos aos Senhores deputados, eu também o convidava a vir para aqui, com a sua permissão, porque também lhe devemos dar essa deferência.” _____

_____ O PMAM deu a palavra ao Professor Doutor Marques de Almeida que disse: “Auditámos as contas do Município de Montemor-o-Velho à data de 31 de dezembro de 2016 e essas contas evidenciam um ativo de 119.000.000€, fundos próprios no valor de 69.000.000€ e, um resultado positivo de 894.000€. Portanto os ativos que nós auditámos representam 119.821.000€ e, desses ativos 91,2% são imobilizados. _____

_____ A leitura que nós fazemos das contas do Município está expressa no relatório de auditoria que, faz parte dos documentos de trabalho desta Assembleia, e portanto os aspetos fundamentais que nós podemos retirar das contas são que, relativamente ao ano anterior, porque convém sempre fazer uma comparação, que todos os rácios e todos os indicadores, económico-financeiros evoluíram favoravelmente. Os rácios relacionados com a liquidez geral, com a liquidez reduzida, com a liquidez imediata, com os imobilizados, com a estrutura de endividamento e, assim sucessivamente. É que não há nenhum que, de facto regrida, em relação ao ano anterior o que, fazendo uma leitura económico-financeira, detetamos que relativamente ao ano 2015, houve uma evolução extraordinariamente favorável e positiva da situação económico financeira do Município. Basta referir que a Câmara termina o ano de 2016, com quase 3,4 milhões de depósitos. _____

_____ Relativamente à leitura orçamental, na parte de execução da despesa, foram feitas 45,16 e, na execução da receita 54,05 também, relativamente ao ano anterior, uma evolução positiva. _____

_____ Os rácios orçamentais também são claramente positivos. O Município diminuiu o seu passivo em 3.834.000€. Está enquadrada dentro da situação de equilíbrio orçamental do artigo 40.º da Lei 73/2013 de 03/09, está também enquadrada no Plano de Saneamento Financeiro que está a decorrer com a Caixa Geral de Depósitos, portanto os passivos diminuíram, os fundos próprios aumentaram e, em termos gerais, a situação é positiva. Por isso, o nosso relatório final de auditoria favorável, tem uma reserva. Essa reserva é uma reserva que está relacionada com os imobilizados em curso, são cerca de 24.000.000€, que os Serviços ainda não conseguiram identificar as obras. É um problema, de facto bastante complexo, bastante analítico, mas isso penso que está nos objetivos dos Serviços Administrativos e Financeiros do Município resolver essa situação. _____

_____ Portanto, a nossa reserva é uma reserva que se mantém desde o ano, salvo erro, 2014 e, que vai continuar enquanto não for feita uma afetação dos imobilizados em curso às respetivas obras. _____

_____ A situação, em termos de resultados, 894.000€ é positiva, inferior ao ano anterior, de qualquer maneira é bastante positiva e, portanto, a nossa recomendação, em termos técnicos, é no sentido de aprovarem as contas do Município porque elas, de facto, estão bem elaboradas e representam de forma verdadeira e apropriada a situação económico-financeira do Município de Montemor-o-Velho.” _____

_____ Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Realmente, ouvi com atenção o Senhor Revisor Oficial de Contas, realmente, as contas dão um saldo positivo, não é que seja mau, mas não deixa de ser lamentável, porque a grande carga de taxas e aumento de impostos que este Executivo Socialista fez nos últimos anos, acumulou este dinheiro, conquanto cortou a maior parte dos transportes escolares, o

associativismo está depauperado, as obras sociais não se veem, para não dizer outras. Repare, quando o Concelho está depauperado, apresenta lucros, como se fosse uma empresa comercial. Não pode! O dinheiro que está em caixa é para ser aplicado naquilo que é mais digno, que são os problemas sociais das populações ou então, o Senhor Presidente da Câmara como já nos vai surpreendendo, vai aplicar este dinheiro para quê? Campanha eleitoral. É de rapar. Quem venha depois que feche a porta. É o que ele vai fazer a este dinheiro, o que é lamentável. Então não é lamentável termos as crianças sem posses que não tenham transportes públicos? Não é lamentável termos o associativismo depauperado? Não é lamentável que não tenham as infraestruturas necessárias neste Concelho? Não é lamentável que não tenhamos o empreendedorismo aqui para criar emprego? _____

_____ Oh Senhor Presidente da Câmara, o Senhor pode ser um gerente comercial, mas não tem arte nem engenho para a parte social, que é o nosso Concelho. _____

_____ Por isto, e para não referir a Declaração de Voto de CDU, porque o que diz o Vereador da CDU, já por muito menos houve participações crime, aquilo que ele disse para mim constitui um laivo muito parecido com um crime que se tem feito aqui nestas contas. Para não referir aquilo que também diz, o Vereador do PPD-PSD/CDS-PP e di-lo também, em relação a isto, à parte comercial da Câmara. _____

_____ Por isso, o Movimento Independente de Cidadania por Amor a esta Terra, não pode dar um parecer favorável a esta Prestação de Contas.” _____

_____ Pediu a palavra o membro Adelaide Medina (Coligação Mais por Montemor) que disse: Já há pouco tinha pedido a palavra, mas passou e não há problema. _____

_____ Vou agora falar deste ponto. Como é óbvio, os rácios tinham que ser positivos, pois se não houve obra alguma que pudesse manter ou diminuir estes rácios positivos portanto, é mais que normal, sabendo de antemão que teriam uma receita muito superior àquela que tem havido nos anos anteriores através dos impostos diretos e indiretos, não fazia qualquer sentido que os rácios não fossem de tal forma positivos. _____

_____ De qualquer maneira e, também falando em conformidade com o meu colega Oliveira e Sousa, é óbvio que, se tinham estes valores em depósitos à ordem, como já referi, sabiam de antemão que teriam estas receitas, não sei porquê não avançar com alguma obra ou, pelo menos dar mais apoio aos munícipes, designadamente ao associativismo. _____

_____ A nossa perspetiva é que realmente o Concelho continua sem rumo, e como eles bem disseram, talvez só obra no ato das eleições”. _____

_____ Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Senhor Presidente, é bom salientar que de facto, o espírito de abril prevalece entre todas as bancadas, de facto existe hoje uma maior cordialidade entre todas as bancadas. Eu juro que não passei os meus documentos para o deputado Oliveira e Sousa, começo a ficar preocupado e vou ver se os documentos que vou entregar à mesa vão ser só assinados por mim. Deixo só esta nota. _____

_____ Tomando agora em consideração o ponto que estamos a analisar, obviamente que a leitura económica, ou financeira ou orçamental foi feita pelo Senhor Revisor Oficial de Contas, mas a nós compete-

nos e não colocando em causa obviamente o documento em si, a nós e àqueles que eu represento, pressupõe-se uma outra leitura, uma leitura política do próprio documento, e aqui obviamente a nossa leitura terá que ser diferente. Terá que ser diferente, porque como já aqui foi dito, entendemos que a situação económica e financeira do Município, traduz aquilo que foi concretizado durante estes quase 4 anos ou seja, tivemos, quer nós queiramos, quer não, um aumento brutal de impostos diretos, quer nos valores da água, do saneamento, do lixo. Também aqui referir o tão malfadado IMI e aumento de IMI que, de facto, só com aquela situação que foi aqui, lamentavelmente, quase que imposta a esta Assembleia, só aí foram 700.000€ e, de facto, o Senhor Presidente do Executivo referiu que ia devolver esse dinheiro aos munícipes, mas no nosso entendimento, e fazendo a análise política dessa devolução não podíamos estar mais em desacordo. Não podíamos estar mais em desacordo porque o grande bolo dessa devolução é empregue em arranjos, digamos assim, de fraca qualidade. _____

_____ Eu tenho oportunidade de diariamente passar pelas estradas e caminhos deste Município, e de facto, peço desculpa, mas é uma péssima devolução. É um mau trabalho, é um despesismo daquilo que o Senhor Presidente está a fazer com o orçamento que tem disponível para o arranjo da Rede Viária Municipal, e aqui, salientar uma vez mais que, face ao aumento brutal de impostos, à diminuição substancial do apoio às Juntas de Freguesia, às associações e coletividades, ao cancelamento e à desistência de algumas obras que estavam previstas. Com todas estas situações que acabei de referir, de facto foi possível chegar à situação económica e financeira que hoje é aqui apresentada, mas para nós essa leitura política não pode merecer a nossa aprovação.” _____

_____ Mais uma vez, queríamos aqui deixar claro que de facto não concordamos minimamente com as opções que este Executivo levou ou quer levar avante. _____

_____ Após a votação, terei uma Declaração de Voto para apresentar à mesa.” _____

_____ Pediu a palavra o membro Jorge Santana (P.S.) que disse: O ponto que estamos para votar deve ser analisado à luz de um plano de ação, de um projeto de gestão. Este Executivo está em funções há sensivelmente 4 anos. Analisou o estado da Câmara, conheceu os problemas e traçou o seu projeto de gestão alicerçado em metas e em objetivos. A título de exemplo temos: _____

_____ As estruturas da Câmara: modernizou-as, harmonizou procedimentos, informatizou-as, trouxe-as para o século XXI. O Espaço do cidadão saiu da gaveta. _____

_____ O sistema de águas: estava obsoleto e em colapso, recuperou-o e manteve-o autónomo. _____

_____ O endividamento da Câmara: negociou-o, procurou soluções diversas, liquidou endividamento excessivo, tornou-o gerenciável, conforme o ponto anterior da Ordem de Trabalhos. _____

_____ Os impostos: o IMI tivemos, por imposição externa, o maior IMI da nossa história, herança dos desmandos e dos despesismos anteriores, mas também no IMI, no próximo ano, teremos a taxa menor da nossa história, fruto do desempenho deste Executivo. A devolução de valor à população? Aí penso que estaremos todos de acordo. Deve ser feito. Por isso, existe obra em andamento, obra necessária, não temos elevadores, nem escadas rolantes, mas temos estradas. Quanto às obras, porquê agora? Primeiro não

esquecer que estávamos sobre o Controlo Externo do Orçamento portanto, não podia ser de outra forma. Segundo, porque o Executivo vai fazer obra, mas já tem os meios para a pagar, não haverá obra agora a ser faturada daqui a uns tempos, não haverá mais heranças. Estamos numa planificação de continuidade. Perante tudo isto, parece-nos demasiado redutor analisar este processo à sombra de um discurso de oposição populista e vazio de argumentos. _____

_____ A expressão “estamos em ano eleitoral” não explica nada em si. Será porventura difícil reconhecer um plano de gestão ou, uma gestão prudente e ponderada? Se calhar estamos perante um conceito inovador.

_____ Pelo exposto, somos favoráveis às contas em apreço.” _____

_____ Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 27 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica: _____

_____ VOTAÇÕES _____

_____ Fernando Jorge dos Ramos _____	A Favor-----
_____ Carlos Lucas Correia _____	A Favor-----
_____ Rui Manuel Salgado Canha Limeiro _____	Contra-----
_____ Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge _____	A Favor-----
_____ Ana Cristina da Silva Jorge _____	Contra-----
_____ Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites _____	Contra-----
_____ Aida Maria Craveiro Duarte _____	A Favor-----
_____ Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano _____	Contra-----
_____ Maria da Graça Valente dos Reis _____	A Favor-----
_____ Adelaide Maria Simões Medina _____	Contra-----
_____ Olga Susana Miranda da Silva _____	A Favor-----
_____ Edmea Teresa Reis Silva _____	Contra-----
_____ Fernando Pereira Nunes Curto _____	A Favor-----
_____ Carlos Alberto da Costa Gomes _____	Contra-----
_____ Jorge André da Silva Santana _____	A Favor-----
_____ Lúdia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo _____	Contra-----
_____ José de Oliveira de Sousa _____	Contra-----
_____ Joaquim António Graça Rainho _____	A Favor-----
_____ Maria João Batista Sobreiro _____	Contra-----
_____ Jaime Gomes Nogueira _____	Contra-----
_____ Victor Manuel Pardal Monteiro _____	A Favor-----
_____ Vasco Gonçalo Sousa Martins _____	A Favor-----
_____ Joaquim Neves Martinho _____	A Favor-----
_____ Rui Jorge Félix de Almeida Roxo _____	A Favor-----

_____ João António Góis Girão _____ A Favor-----

_____ Raul Nunes Leitão _____ A Favor-----

_____ Carlos António Cristino Alves _____ A Favor-----

_____ **Declaração de Voto da CDU:** _____

_____ *“Consideração que as contas de Gerência de 2016 são substancialmente diferentes do Orçamento aprovado para o mesmo período, conforme foi aqui denunciado várias vezes pela CDU, fica mais que evidente que a maioria socialista usou e abusou das “alterações orçamentais” (43! Quase 1 alteração por semana). _*

_____ *O ano de 2016 fica marcado pelo “Baixo Nível de Transparência”. Adaptando aqui, escondendo ali, modifica acolá para depois rever novamente de acordo com suas necessidades, ocultando informação à oposição (e neste sentido também aos munícipes que representam). Fica patente a incerteza nas previsões que fez e pouca certeza nas opções que toma. _____*

_____ *Fê-lo em relação à inscrição do Plano de Saneamento Financeiro de 2013, não previsto inicialmente no Orçamento para 2016, mesmo depois de ter sido chumbado pelo Tribunal de Contas em dezembro de 2015, privando os vereadores e os membros da Assembleia Municipal da sua análise e parecer. _____*

_____ *Desta forma, não pode a CDU exercer outro voto que não seja o voto contra!” _____*

_____ **Declaração de Voto da Bancada da Coligação “Mais Por Montemor”:** _____

_____ *“Nestes documentos de Prestação de Contas 2016, a maioria socialista revela uma verdadeira falta de rigor, brio e incompetência nas previsões que faz em comparação com as decisões que depois toma. ____*

_____ *Tal como já tínhamos referido durante o ano 2016, houve um abuso e um aproveitamento excessivo das alterações orçamentais realizadas. _____*

_____ *Começando pela receita, verificamos que houve um aumento significativo face aos anos anteriores. Mais uma vez, é preciso salientar que este aumento da receita se verifica à conta dos munícipes isto porque, este aumento da receita se verificou devido aos impostos diretos e indiretos e ao brutal aumento da água. ____*

_____ *Quanto aos impostos diretos e indiretos, permitam-me que destaquemos o IMI, cerca de 2.723.200€, a Derrama 165.100€ e o IRS de 208.085.068€, verifica-se assim que nos impostos referidos e, nas taxas e vendas de serviços, temos um grau de execução orçamental acima dos 100%. Ora aqui se verifica que o Executivo está em modo ascendente na aplicação das suas políticas da sobrecarga dos impostos e taxas cobradas aos munícipes. Isto demonstra uma verdadeira visão estratégica no que toca à qualidade de vida dos nossos munícipes, à sua situação económica e à fixação de tecido empresarial. _____*

_____ *Quanto à despesa, destacamos as despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços. Tal como temos a referir nos últimos anos, chamamos a atenção para os valores em causa. De um modo geral, se verificarmos, as modificações orçamentais na parte da despesa, chegamos à conclusão de que mais uma vez, todas as previsões falharam e não há uma linha de orientação para saber quais são as prioridades e os critérios usados na aplicação e gastos destas mesmas despesas. _____*

_____ *Tendo em conta tudo o que foi referido e, considerando a disponibilidade financeira que a Autarquia ultrapassa, os 3.000.000€, é nosso entendimento que tal não deveria acontecer. Isto porque, estamos a falar*

de uma casa que deve executar e dignificar a gestão local. Essa gestão local, deve ser feita não para atingir o bolso dos municípios e para aproveitamento político eleitoralista, mas sim em função do melhoramento das condições e qualidade de vida dos nossos municípios, a captação de novos municípios e de novo tecido empresarial. _____

_____ Assim, a Bancada da Coligação Mais por Montemor – PPD-PSD/CDS-PP, não teve outra opção a não ser votar contra.” _____

_____ A AM tomou conhecimento. _____

6. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de constituição / composição dos júris de procedimentos para cargos de direcção intermédia de 2º e 3º grau e para o cargo de Coordenador Municipal de Protecção Civil. _____

_____ Usou da palavra o PMAM que disse: “Não sei se algum dos deputados quer intervir relativamente a este ponto. Compreendo que não o façam, porque evidentemente esta votação, tratando-se de uma votação de pessoas de constituição de júris, é feita individualmente e uninominalmente. _____

_____ Nessa perspetiva eu pedia ao apoio da Assembleia Municipal que distribuisse os votos. Irão já ser distribuídos os 4 júris por uma questão processual e, depois, passaríamos à votação individualizada. _____

_____ Peço que não se ausentem, mas dêem-nos 5 minutos para a distribuição dos votos e respetiva votação.” _____

_____ Não havendo intervenções, realizou-se por escrutínio secreto, nos termos do n.º 3, do artigo 55.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a votação para Proposta de constituição / composição dos júris para: _____

Procedimento para o cargo de direcção intermédia de 2º grau - Chefe da Divisão de Ambiente e Obras Municipais: _____

Presidente: Eng.ª Anabela Barosa Lourenço, Chefe da Divisão de Obras Municipais do Município de Cantanhede. _____

Vogais efetivos: Eng. Mário Fernando Rodrigues Monteiro, Chefe de Divisão de Obras Públicas Municipais do Município de Soure e Eng.ª Helena Maria Veiga Gonçalves Bigares, Chefe da Divisão de Ambiente e Obras Municipais do Município de Condeixa-a-Nova. _____

Vogal suplente: Eng.º Fernando Pereira Alves, Chefe da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo do Município de Pampilhosa da Serra. _____

A proposta foi aprovada por maioria com o seguinte resultado: 6 votos brancos e 21 votos a favor. _____

Procedimento para o cargo de direcção intermédia de 2º grau - Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Territorial: _____

Presidente: Dr.ª Isabel Maria Nascimento de Matos, Chefe da Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana do Município de Cantanhede. _____

Vogais efetivos: Eng.ª Maria José Oliveira Carvalhão, Chefe da Divisão Gestão Urbanística e Planeamento do Município de Soure e Arq.ª Ana Sofia Semedo Correia, Chefe da Divisão de Planeamento Urbanístico do

Município de Condeixa-a-Nova. _____

Vogal suplente: Eng.º Fernando Pereira Alves, Chefe da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo do Município de Pampilhosa da Serra. _____

A proposta foi aprovada por maioria com o seguinte resultado: 6 votos brancos e 21 votos a favor. _____

Procedimento para o cargo de direcção intermédia de 3º grau - Chefe da Unidade Orgânica de Cultura e Turismo: _____

Presidente: Dr.ª Maria Carlos Chieira Mariano Pêgo, Chefe da Divisão de Cultura, Desporto e Turismo do Município de Cantanhede. _____

Vogais efetivos: Dr.ª Cristina Paula Ventura Antunes, Chefe da Divisão Sócio-Cultural e Educativa do Município de Pampilhosa da Serra e Dr.ª Maria Adelaide Montenegro Cardoso Salvador Coelho, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município de Condeixa-a-Nova. _____

Vogal suplente: Dr.ª Andreia Sofia Marques Lopes dos Santos, Chefe da Divisão de Administração Geral e Finanças do Município de Montemor-o-Velho. _____

A proposta foi aprovada por maioria com o seguinte resultado: 1 voto contra, 6 votos brancos e 20 votos a favor. _____

Procedimento para o cargo Coordenador Municipal de Protecção Civil _____

Presidente: Eng.º José Carlos Marques, Comandante Operacional Municipal do Município de Oliveira do Hospital. _____

Vogais Efetivos: Dr. António Jorge da Silva Coelho, Comandante Municipal de Protecção Civil do Município de Condeixa-a-Nova e Eng.º Hugo Miguel Barros Oliveira, Comandante Operacional Municipal da Protecção Civil do Município de Cantanhede. _____

Vogal suplente: Dr.ª Andreia Sofia Marques Lopes dos Santos, Chefe da Divisão de Administração Geral e Finanças do Município de Montemor-o-Velho. _____

A proposta foi aprovada por maioria com o seguinte resultado: 1 voto contra, 1 voto nulo, 6 votos brancos e 19 votos a favor. _____

_____ A AM tomou conhecimento. _____

_____ **7. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Emissão de parecer ao abrigo do nº 3 do artigo 51º da Lei nº 111/2015 de 27 de agosto – António Rainho Gomes.** _____

_____ Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Antes, propriamente de passar à resposta deste ponto àquilo que nós entendemos sobre o mesmo, não queria deixar de passar o momento, sem realçar o grande poeta de Montemor, Afonso Duarte, se me permite, e vou tão só dizer a quadra que

mais gosto dos vários poemas que ele tem: *“Onde nasceu o Fernão Mendes Pinto?/Jorge de Montemor onde nasceu? /A mesma terra, o mesmo céu que eu pinto, / Castelo velho, o que foi deles é meu.”* _____

_____ É esta a forma de nos lembrarmos também de quem partiu e de quem engrandeceu o nosso Concelho. Bem-Haja. _____

_____ Agora, passarei então àquilo que nos importa que é o ponto 7. O Movimento Independente de Cidadania, lamenta que os demais cidadãos deste Concelho que trabalham e honradamente pagam os seus impostos municipais, não tenham a possibilidade de serem contemplados também com isenções no pagamento das taxas de água, saneamento, resíduos sólidos urbanos, IMI, entre outros, por forma a poderem também dizer que a Autarquia e o Executivo que a governo, os incentivam a ficar neste Concelho. _____

_____ O Movimento Independente de Cidadania por Amor a esta Terra lamenta igualmente a forma deturpada e maliciosa que o Executivo que governa esta Autarquia faz passar as informações das votações destes e/ou de outros pontos iguais, numa tentativa de denegrir e desacreditar quem, verdadeiramente, tem sentido de justiça e equidade, mas estamos certos que em tempos eleitorais, os que nunca foram bafejados pela mão amiga das isenções, saberá avaliar e validar o que é certo e melhor para o nosso Concelho.” _____

_____ Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Senhor Presidente, à semelhança de outros pontos do mesmo conteúdo que têm vindo sendo apresentados a esta Assembleia, a CDU e, decorrendo da Lei e do poder de isenção que o Executivo tem, iremos votar em coerência com os outros municípios que apresentaram nos mesmos moldes esse direito. O nosso voto será favorável.” _____

_____ Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 26 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica: _____

_____ VOTAÇÕES _____	
_____ Fernando Jorge dos Ramos _____	A Favor-----
_____ Luís filipe Azenha Madaleno _____	A Favor-----
_____ Rui Manuel Salgado Canha Limeiro _____	A Favor-----
_____ Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge _____	A Favor-----
_____ Ana Cristina da Silva Jorge _____	A Favor-----
_____ Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites _____	A Favor-----
_____ Aida Maria Craveiro Duarte _____	A Favor-----
_____ Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano _____	A Favor-----
_____ Maria da Graça Valente dos Reis _____	A Favor-----
_____ Olga Susana Miranda da Silva _____	A Favor-----
_____ Edmea Teresa Reis Silva _____	A Favor-----
_____ Fernando Pereira Nunes Curto _____	A Favor-----
_____ Carlos Alberto da Costa Gomes _____	A Favor-----
_____ Jorge André da Silva Santana _____	A Favor-----

_____ Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo _____	A Favor-----
_____ José de Oliveira de Sousa _____	Abstenção-----
_____ Joaquim António Graça Rainho _____	A Favor-----
_____ Maria João Batista Sobreiro _____	A Favor-----
_____ Jaime Gomes Nogueira _____	A Favor-----
_____ Victor Manuel Pardal Monteiro _____	A Favor-----
_____ Vasco Gonçalo Sousa Martins _____	A Favor-----
_____ Joaquim Neves Martinho _____	A Favor-----
_____ Rui Jorge Félix de Almeida Roxo _____	A Favor-----
_____ João António Góis Girão _____	A Favor-----
_____ Raul Nunes Leitão _____	A Favor-----
_____ Carlos António Cristino Alves _____	A Favor-----
_____ A AM tomou conhecimento. _____	

8. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal de Montemor-o-Velho. _____

_____ O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Eu posso explicar muito sucintamente. Em face da entrada em vigor de nova legislação urbanística, o nosso PDM tem que se adaptar a essa nova legislação e em que sofrer essas adaptações. Nessa estrita medida, propõe-se e estão aqui discriminadas pelos Serviços as adaptações e alterações que o PDM sofreu. Basicamente é isto.” _____

_____ Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Da análise que eu fiz, tenho algumas questões para colocar, não sei se o Senhor Presidente pode responder, mas efetivamente tinha que se adequar aqui o plano Diretor Municipal a esta Lei de Bases Gerais da Política Pública dos Solos, já é uma Lei de 2014, havia o limite máximo de 30 de junho de 2017 para fazer essa adequação, portanto resulta da Lei e, quanto a isso nada a dizer. _____

_____ Em relação a esta alteração, tinha algumas questões para lhe colocar. A primeira, prende-se, penso eu, com um lapso de escrita, porque na deliberação de Câmara do dia 18 de abril de 2017, quando refere o artigo 15.º, diz que é retirada a alínea c) referente ao anexo II, portanto este anexo deixa de existir nesta adaptação, mas a verdade é que eu penso que esta retirada refere-se à alínea d) do artigo 15.º e não à alínea c), porque a alínea d) é que refere no anexo II, estão listadas as ações, atividades ou projetos que carecem de parecer vinculativo do ICNF. Não sei se houve algum lapso de escrita. _____

_____ O PMAM deu a palavra à Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Territorial, Graça Pinto que disse: “No Regulamento que vem anexo, está transposto na totalidade. Vou ver com atenção se foi erro na deliberação ou se foi mesmo da nossa informação e se houve erro será corrigido. _____

_____ Retomou a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: Tinha aqui mais algumas questões para lhe colocar. Sobre a introdução do artigo 31.º, n.º 8, na sua alínea e) diz assim: “a alteração do uso das edificações existentes para instalação de equipamentos turísticos e recreativos,

a qual poderá contemplar obras de reconstrução, alteração e ampliação, desde que o aumento da área da implantação seja superior a 20%”, e depois no artigo 29.º que já existia e permanece, no n.º 10 do Plano vem dizer que: “Nos espaços integrados na Reserva Natural do Paul de Arzila e na ZPE do Paul do Taipal, não são permitidas alterações de uso.” Parece que é uma questão que se contradiz.” _____

_____ Retomou a palavra a Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Territorial, Graça Pinto que disse: “O Plano especial do Paul de Arzila tem também zonamentos. Tem a parte da Reserva Natural do Paul de Arzila e, depois, tem outras áreas não sujeitas a servidões específicas, não sujeitas a regras tão restritas, digamos. Portanto, o Paul, o Regulamento do Plano, de facto, tem áreas distintas, uma sujeita e condicionada em termos de usos, utilizações e ocupações, e outra área não condicionada. Portanto, são duas áreas distintas e, esse artigo tem a ver com isso.” _____

_____ Retomou a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Só mais uma dúvida que eu tenho e, perdoe-me, porque a minha área não é esta, como sabe, mas suscitou-me algumas questões que, se calhar por não perceber muito bem, penso que são pertinentes. _____

_____ No artigo 58.º, no ponto 4. que é adicionado com esta alteração, vem aqui referir e, depois também, no 59.º também lhe queria colocar essa questão igualmente, porque a única coisa que se refere aqui à instalação nas áreas residências urbanizadas tipo 4, “é permitida a construção de habitação... e ainda é permitida a instalação de equipamentos turísticos, recreativos, estabelecimentos comerciais, industriais, que ficam sujeitos a alteração...”. A minha questão é o porquê, ou se isto é mesmo assim, ou se decorre de alguma situação em especial, porque é que aqui não estão previstos edifícios para Serviços? Porque, por exemplo, uma oficina, um escritório de qualquer coisa que possa ser implementado aqui, um salão de cabeleireiro.” _____

_____ Retomou a palavra a Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Territorial, Graça Pinto que disse: “Dr.ª Maria João, nós transpusemos para o Plano Diretor as normas do Plano Especial que obrigatoriamente e que a Lei de Bases, nos obrigou a transpor e, isto porquê? Porque a Lei de Bases de 2014, que entrou em vigor, creio que em maio, junho de 2014, alterou os Planos Especiais que passam a ser Programas e portanto, deixam de vincular diretamente os particulares. _____

_____ Todas as normas que estavam no Plano Especial que vinculam diretamente os particulares, foram transpostas para o PDM, vincula a entidade pública e, vincula também diretamente os particulares e, por isso, elas foram transpostas, porque Programa não é vinculativo, para o Plano Diretor, por imposição legal. _____

_____ O que está aqui é o Regulamento do nosso Plano Diretor, mais as normas do Plano Especial vinculativas dos particulares, certo? Que não se mantêm no Plano Especial, porque passam a programas e, portanto, não vinculam, têm que ser transpostas para aqui. O que está aqui é a composição do regulamento do PDM com as normas do Plano Especial. Nós não podemos aditar nada que o Plano Especial não tivesse. Certo? Nós tivemos que transpor taxativamente as normas que estavam no Plano Especial. Isto foi feito mediante várias reuniões com as entidades que tutelam a Reserva, o ICNF e com a CCDRC. Portanto, tudo isto foi debatido e foi verificado ao pormenor efetivamente, quais eram as normas que teriam que ser transpostas. Certo? Portanto, não podíamos transpor, nem aditar nada que não estivesse no Plano Especial.” _____

_____ Retomou a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Só mais uma última questão. No artigo 59.º, no ponto 8.º, nesta fase final, sobre as residências urbanizadas tipo 4, em que é admitida a instalação de equipamentos turísticos, recreativos, comércio, industriais, sujeitos a alteração ou parecer e, também é permitida a construção para uso habitacional, sendo aplicáveis os seguintes parâmetros: para a nova construção, para usos permitidos nesta categoria, aplicam-se os seguintes parâmetros... estes parâmetros da alínea a), b) e c), aplicam-se a todos estes usos ou só à habitação?” Retomou a palavra a Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Territorial, Graça Pinto que disse: “Pelo que está aqui dito, são os parâmetros aplicáveis à totalidade dos usos que aqui são permitidos. Isto complementa e articula com tudo o resto que já estava no Plano Diretor e que é aplicável este residencial urbanizado tipo 4.” _____

_____ A AM tomou conhecimento da Alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal de Montemor-o-Velho. _____

_____ **9. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, do Relatório de Atividades da CPCJ de Montemor-o-Velho relativo ao ano de 2016.** _____

_____ Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Após a análise deste relatório, pensamos que esta Comissão deveria ter um outro tipo de documento que substituísse este, que de facto, penso que é um documento muito técnico, com muita informação, será um documento que serve, em termos centrais, para ser entregue à entidade que tutela as CPCJ’s de todo o país, mas penso que para a Assembleia, deveria vir um documento, pelo menos com uma nota introdutória, em que tivesse uma explicação mais simples ou um resumo daquilo que de facto é a atividade deste importante comissão no nosso Concelho. Porque apresentando este documento, com tabelas, com números, que de facto têm que existir, mas que me parece que são um pouco redutores e que, numa primeira análise, quem vê, analisa, tenta perceber a realidade do nosso Concelho neste domínio, fica com uma ideia, uma impressão muito reduzida, sem uma caracterização mais pormenorizada, com mais alguns detalhes que deviam ser analisados de uma outra maneira para tentar perceber o trabalho importante que esta comissão desenvolve. _____

_____ Fica aqui o nosso reparo, que de facto, o documento quando apresentado em outras instituições que não as técnicas, deveria ter um outro trabalho de apresentação.” _____

_____ Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Muito rapidamente só para dizer que efetivamente o trabalho da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens é um trabalho meritório. Felizmente que é meritório, infelizmente e, eu estive a analisar pelo menos os números, nem foi de processos, foi de crianças e, acho que 150 crianças no nosso Concelho, é um número elevado. _____

_____ Essencialmente e, eu acho que vi bem na página 4, 100 crianças e, de alguma maneira, a mim, é um número que me assusta. _____

_____ Esta comissão faz efetivamente um bom trabalho, presta o trabalho que lhe é possível e, eu já estive nesta comissão que nem sempre tem os melhores recursos, nem sempre existem as melhores condições pessoais e técnicas para se fazer, mas faz-se o que é humanamente possível, às vezes muito para além daquilo

que as instituições e as entidades cooptadas e os técnicos que estão disponíveis, acho que dão todos o melhor de si, portanto elogio o trabalho da comissão, não deixando de lamentar efetivamente e, o que se poderá fazer é para diminuir o n.º de crianças, mais do que o n.º de processos ou de que são arquivados mas, pareceu-me um bocadinho grande a mim, neste caso.” _____

_____ Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Como sabem eu faço parte da Comissão Restrita, aliás está aí na composição do órgão o meu nome, a Dr.ª Maria João faz parte da Comissão Alargada, o Dr. Camilo Lourenço, é um deputado municipal que também muito estimo, que também faz parte da Comissão, mas provavelmente, por razões profissionais ele tem dificuldade em vir às reuniões da Comissão de Proteção. Para isso, no futuro, talvez encontrar sempre uma pessoa que esteja mais perto, que esteja mais disponível, porque acredito que ele não tenha tempo para esta função que exige bastantes reuniões e de facto, muita presença. _____

_____ Este é um relatório técnico, como disse o deputado Brites, é verdade. É retirado da plataforma. É um relatório que se coloca numa plataforma eletrónica e que é enviado para a Comissão Nacional e, portanto é o que está. Eu tomei nota e, enquanto membro da Comissão Restrita, me compete a mim transmitir aquilo que hoje foi aqui dito à Comissão e, vou, de facto alertar para essa situação, para o facto de ser bastante técnico este relatório. _____

_____ Dizer-vos que, de facto, a comissão tem muitos processos. As reuniões da Comissão Restrita são quinzenais, as da Comissão Alargada, de acordo com a Lei, deveriam ser mensais, mas nem sempre se consegue. _____

_____ Também dizer que este documento vem hoje à Assembleia porque decorre da Lei, a Lei assim o exige, não está na Ordem de Trabalhos, mas está na ata, de facto, é uma exigência. _____

_____ Aquilo que me apraz dizer é que é um trabalho muito meritório, já as pessoas que tiveram antes de mim me disseram. Exige uma grande sinergia, um grande contacto e uma grande proximidade das instituições locais para resolver algumas situações que são muito complicadas. _____

_____ Alerto também os senhores deputados municipais, os senhores Vereadores e, outras pessoas presentes, para a necessidade de sinalizar situações que às vezes conhecemos, que até estão perto de nós e que precisam de um acompanhamento mais próximo e, portanto, qualquer um de nós o pode fazer e o deve fazer, é um dever cívico, de facto, estarmos todos atentos e contribuirmos para a proteção das crianças e dos jovens do nosso Concelho, que realmente são o futuro deste Concelho e deste País. _____

_____ Eu queria só deixar uma palavrinha e, eu sei que no início do mandato, o Senhor Presidente visitou as instalações. As instalações de facto, estão um bocadinho decadentes. A porta que dá para a rua, penso que tem uns vidros partidos e, portanto precisava ali de alguma manutenção. A própria porta interior, não permite algum sigilo e, portanto como a sala de espera é de um lado e a sala de atendimento é do outro, de facto, há ali alguns atendimentos que temos de os fazer de forma muito calma e, baixar mesmo o tom de voz, senão

ouve-se cá fora. Nós por vezes estamos a atender pais que estão separados, estão divorciados e, existe ali uma necessidade de facto de alguma restrição e de mais cuidado. _____

_____ De facto, aquelas instalações, nos dias de hoje, já estão um bocadinho decadentes e, portanto chamo até aqui a atenção do Senhor Presidente da Câmara sobre a eventualidade de estudar outro espaço para que esta comissão possa trabalhar e, possa ter a privacidade e o sigilo que, de facto é exigido.” _____

_____ Usou da palavra o PMAM que disse: “Eu não tenho mais inscrições para este ponto. Apenas julgo que foi importante a discussão, esta análise que tivemos aqui com a informação. Como eu disse já, em circunstâncias idênticas, nesta perspetiva, é bom que a CPCJ de Montemor-o-Velho não seja notícia, porque não sendo notícia, evidentemente significa que está a fazer o seu trabalho independentemente das condições que já avaliamos aqui. _____

_____ Também, só como nota, julgo que, quer o presidente de Câmara, quer a senhora deputada Cristina Jorge, que neste momento é a única que faz parte da CPCJ e está aqui, só por isso, não é por mais nada, mas que ouviu a discussão e, como ela disse no início que esta questão do relatório, sendo o relatório obrigatório que a CPCJ tem de fazer anualmente, possa, enfim, trazer um resumo ou uma nota, mas isso enfim, a CPCJ, o que tem que fazer é isto, mas de facto subscrevo essa questão.” _____

_____ A AM tomou conhecimento do Relatório de Atividades da CPCJ de Montemor-o-Velho relativo ao ano de 2016. _____

_____ **10. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas – Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/02/2017 e 31/03/2017.** _____

_____ A AM tomou conhecimento da Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas – Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/02/2017 e 31/03/2017. _____

_____ **11. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais – Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre 01/02/2017 e 31/03/2017.** _____

_____ A AM tomou conhecimento da Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais – Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre 01/02/2017 e 31/03/2017. _____

_____ **Foi aberto o período de intervenção do público, nos termos do nº. 1 do art.º 49.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o art.º 50.º do Regimento da Assembleia Municipal, aprovado em sessão ordinária de 27 de dezembro de 2013.** _____

_____ Verificou-se a inexistência de público. _____

_____ O PMAM solicitou à Assembleia que as deliberações fossem aprovadas em minuta, o que foi aprovado por unanimidade. _____

_____ Usou da palavra o PMAM que disse: Antes de terminar a Assembleia, apenas dois comentários, se é

permitida a expressão. Porque se falou hoje aqui muito de alcatrão, porque se falou de preto, eu recordo algo que aprendi com um colega francês da primeira vez que veio a Portugal me disse isto, e que é verdadeiramente correto: “Portugal é o único País onde o preto é cor”. Porque verdadeiramente, o preto é ausência de cor, mas em Portugal, nós damos muito valor ao Preto. _____

_____ Depois, porque não posso resistir àquilo que o deputado Oliveira e Sousa sempre refere nas suas questões de poesia. Eu prefiro uma outra quadra do Afonso Duarte que se adapta mais aos momentos de hoje, que é aquela que conhece tão bem como eu: “*E cá mesmo no extremo ocidental / Duma Europa em farrapos, eu / Quero ser Europeu / Num canto qualquer de Portugal.*” _____

_____ Está encerrada a reunião da Assembleia Municipal. _____

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Fernando Jorge dos Ramos

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Carlos Lucas Correia

O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Olga Susana Miranda da Silva